

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DA DESVIÂNCIA

“Um olhar sobre a influência das relações familiares na delinquência juvenil”: a percepção dos jovens

Ana Catarina Azevedo Moreira

M

2023



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

**“UM OLHAR SOBRE A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES FAMILIARES NA
DELINQUÊNCIA JUVENIL”: A PERCEÇÃO DOS JOVENS**

Ana Catarina Azevedo Moreira

Outubro, 2023

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade
do Porto, orientada pelo Professor Doutor *Jorge Negreiros*
(FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

À minha mãe, portadora do colo mais reconfortável em qualquer dia cinzento, por toda a confiança depositada em mim e por acreditar, em todos os momentos, que eu sou capaz.

Ao João, meu fiel companheiro, por toda a paciência e por conseguir, sempre, arrancar-me um sorriso até em dias de lágrimas.

À Ângela, por sempre me dar força quando eu mais sentia cansaço e me fazer acreditar que eu sou capaz de tudo, com calma e empenho.

À Cristiana, por todas as conversas longas que me fizeram acreditar que consigo mais do que aquilo que imagino.

À Ana, por todo o apoio e motivação durante este meu percurso.

Ao Professor Doutor Jorge Negreiros, por toda a ajuda e não me deixar desamparada.

À Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, onde fui feliz e me proporcionou um crescimento em diversas áreas.

Resumo

A presente investigação surge no âmbito do aprofundamento da questão da influência das relações familiares, mais concretamente, dos pais, na delinquência juvenil, por sentirmos que este tema carece de mais estudos focados diretamente nas perceções. Esta tem como objetivo geral identificar as perceções e representações dos jovens acerca do funcionamento e qualidade das suas relações familiares, para analisar de que forma isso influenciou o início e manutenção da prática de comportamentos antissociais.

Desta forma, para atingir os objetivos idealizados, consideramos a abordagem qualitativa como a mais apropriada, para que se torne possível a recolha dos significados atribuídos pelos próprios jovens ao que se denomina de ambiente familiar. Para isso, realizaram-se quinze entrevistas semiestruturadas a jovens institucionalizados em Centro Educativo, a cumprir Medida Tutelar de Internamento, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. Os dados obtidos foram analisados com recurso à análise de conteúdo, mais concretamente a análise temático-categorial e, daqui, surgiram seis grandes temas: relação com os pais, supervisão familiar, dissociação familiar, impacto percebido da dissociação familiar, estilos parentais e impacto percebido das práticas educativas.

Tendo por base as conclusões extraídas, importa ressaltar o impacto da dissociação familiar na vida destes jovens, nomeadamente a nível do afeto e suporte social e do aumento de comportamentos desviantes (no geral). Já no que concerne aos resultados relativos às práticas de supervisão, relação com os pais e estilos parentais, estes foram contrários ao esperado, retratando dinâmicas familiares capazes de prevenir a delinquência juvenil.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil; Dinâmicas Familiares; Supervisão Familiar; Práticas Educativas; Dissociação Familiar.

Abstract

This research emerges within the scope of deepening the issue of the influence of family relationships, specifically those with parents, on juvenile delinquency, as we feel that this topic lacks further studies focused directly on perceptions. The overarching objective of this study is to identify the perceptions and representations of young individuals regarding the functioning and quality of their family relationships, to analyze how this influenced the initiation and persistence of antisocial behaviors.

To achieve these envisioned objectives, we consider a qualitative approach as the most appropriate, enabling the collection of meanings attributed by the young individuals themselves to what is termed the family environment. To this end, fifteen semi-structured interviews were conducted with juveniles institutionalized in an Educational Center, serving a Measure of Detention, ranging in ages from 14 to 18 years. The data obtained were analyzed through content analysis, specifically thematic-categorical analysis, leading to the emergence of six major themes: relationship with parents, family supervision, family dissociation, perceived impact of family dissociation, parental styles, and perceived impact of educational practices.

Based on the draw conclusions, it is important to highlight the impact of family dissociation on the lives of these young individuals, particularly in terms of affection, social support, and the increase in deviant behaviors (in general). As for the results related to supervision practices, parent-child relationships, and parental styles, they were contrary to expectations, depicting family dynamics capable of preventing juvenile delinquency.

Keywords: Juvenile Delinquency, Family Dynamics, Family Supervision, Educational Practices, Family Dissociation.

Resumé

La présente recherche s'inscrit dans le cadre de l'approfondissement de la question de l'influence des relations familiales, plus précisément des parents, sur la délinquance juvénile, car nous estimons que ce sujet nécessite davantage d'études axées directement sur les perceptions. L'objectif général de cette étude est d'identifier les perceptions et les représentations des jeunes sur le fonctionnement et la qualité de leurs relations familiales afin d'analyser comment cela a influencé le déclenchement et le maintien de comportements antisociaux.

Pour atteindre les objectifs fixés, nous considérons que l'approche qualitative est la plus appropriée, permettant ainsi de recueillir les significations attribuées par les jeunes eux-mêmes à ce que l'on appelle l'environnement familial. À cette fin, quinze entretiens semi-structurés ont été menés auprès de jeunes placés en institution dans un centre éducatif, sous une mesure de tutelle d'internement, âgés de 14 à 18 ans. Les données obtenues ont été analysées à l'aide de l'analyse de contenu, en particulier de l'analyse thématique catégorielle, et ont donné lieu à six grands thèmes : relation avec les parents, surveillance familiale, dissociation familiale, impact perçu de la dissociation familiale, styles parentaux et impact perçu des pratiques éducatives.

À partir des conclusions tirées, il convient de souligner l'impact de la dissociation familiale dans la vie de ces jeunes, en particulier en ce qui concerne l'affection, le soutien social et l'augmentation des comportements déviants (en général). En ce qui concerne les résultats concernant les pratiques de surveillance, la relation avec les parents et les styles parentaux, ils ont été contraires aux attentes, décrivant des dynamiques familiales capables de prévenir la délinquance juvénile.

Mots-clés: Délinquance Juvénile; Dynamiques Familiales; Surveillance Familiale; Pratiques Éducatives; Dissociation Familiale.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico	4
2.1. A importância da família na adolescência.....	4
2.2. Dinâmicas familiares	4
2.3. Práticas disciplinares e de supervisão	7
2.4. Dissociação familiar	9
2.5. Estilos parentais.....	11
3. Estudo empírico.....	13
3.1. Método	13
3.2. Objeto e objetivos.....	13
3.3. Questões de investigação.....	14
3.4. Participantes	15
3.5. Questões Éticas	16
3.6. Instrumentos de recolha de dados.....	16
3.7. Análise e tratamento de dados recolhidos.....	18
4. Apresentação e Discussão de Resultados	20
5. Considerações Finais.....	36
Referências Bibliográficas	39
Anexos.....	44
Anexo 1 – Caracterização Sociodemográfica do Grupo de Participantes da Amostra.....	45
Anexo 2 – Guião da Entrevista	46
Anexo 3 – Quadro Integrador do estudo de investigação	48
Anexo 4 – Consentimento Informado	49
Anexo 5 – Grelha de Análise de Dados.....	50

“Nas sociedades atuais, as manifestações de agressividade e violência tornaram-se cada vez mais frequentes. Quando comportamentos violentos são praticados por jovens é quase inevitável perguntar por que é que isso acontece e o que pode ser feito para diminuir a sua probabilidade de ocorrência. Trata-se obviamente de questões bastantes complexas, para as quais ainda não existem respostas definitivas.”

(Negreiros, 2001, p.7)

1. Introdução

A agressividade surge e revela maior permanência em crianças com idade pré-escolar, onde a maioria das aprendizagens acontece pela educação e modelagem dos adultos, principalmente dos progenitores. Esta educação e modelagem é, ainda, um fator determinante para a continuidade/persistência destes comportamentos, ou pela sua substituição por outros mais aceitáveis socialmente. No entanto, no quotidiano, embora os pais demonstrem alguma preocupação face a estes comportamentos agressivos (como birras explosivas, agressões físicas, ameaças, crueldade com animais, uso de armas e vandalismo), assiste-se a uma desvalorização dos mesmos, por parte da sociedade, por serem considerados normativos e adaptativos da fase de desenvolvimento em que os jovens se encontram, sendo esta marcada por alguma rebeldia (Moreira, 2020).

Neste sentido, examinar quais os fatores (individuais e sociais e familiares) que aumentam o risco de o jovem adotar um comportamento violento torna-se importante para a implementação de futuras intervenções e abordagens preventivas, ressaltando que, quando estes são combinados, o risco acresce. Ao nível dos fatores individuais, segundo o NEV (2016), estes passam pelo consumo de substâncias psicoativas; sexo, sendo o sexo masculino o que apresenta um risco mais elevado (90% dos atos de violência resultantes em morte são praticados por homens, constituindo eles também 83% das vítimas de homicídio); comportamento agressivo e história de envolvimento em atos violentos; maus-tratos a crianças (abuso físico, sexual, emocional e negligência); condições psicológicas, associadas à impulsividade, tais como hiperatividade, dificuldade de concentração, agitação, tendência para correr riscos, dificuldade de autocontrole e ansiedade; e, ainda, o baixo nível de inteligência. Relativamente aos fatores sociais e familiares, estes consistem no envolvimento prévio com crime e delinquência; colegas

antissociais e ausência de laços sociais; nível socioeconómico, sendo a situação de pobreza a que aumenta a perpetração de comportamentos violentos; envolvimento dos progenitores em comportamentos antissociais e crimes; habilidades parentais e relações pais-filhos (supervisão, disciplina e vínculo); atitude/desempenho escolar; pais adolescentes; saúde mental dos progenitores e problemas de abuso de álcool; crescer numa vizinhança com altas taxas de criminalidade; acesso a armas de fogo; e, ainda, proteção social, cuja necessita de fortalecimento, através de, por exemplo, políticas económicas que amenizem as consequências sociais e económicas que atingem as pessoas que vivem na pobreza, agindo, dessa forma, como fatores de proteção contra a violência (NEV, 2016).

Assim, importa referir que, muitas vezes, os termos “comportamento antissocial” e “delinquência” são usados como sinónimos, o que não é correto, tendo em conta a existência de diferenças entre ambos, nomeadamente o contacto com a justiça. Enquanto os comportamentos antissociais não implicam necessariamente o contacto com a justiça, pelo seu carácter mais normativo, e não terem consequências tão graves, os crimes, associados à delinquência, têm uma gravidade maior, sujeitando o jovem ao contacto com a justiça e possível posterior internamento em Centro Educativo (Negreiros, 2008).

Desta forma, embora existam outras definições, nomeadamente a psiquiátrica e a sociológica de delinquência juvenil, a que irá ser abordada é a definição legal, por ser a mais adequada para o caso, tendo em conta a problemática do estudo se relacionar com a quebra do estabelecido nas Leis, por menores. Esta refere-se à prática de atos desenvolvidos por crianças e jovens que, segundo as leis penais, são considerados crimes, mas que, pela idade dos praticantes, se encontram numa situação de inimputabilidade criminal, beneficiando de legislação específica (Duarte, n.d.).

Importa referir que existem formas de prevenção da delinquência que, segundo o Ministério Público (1990), passam pelo envolvimento dos jovens em atividades lícitas e socialmente úteis e adoção de uma orientação humanista em relação à sociedade e à vida; pelo esforço, por parte da sociedade, para assegurar o desenvolvimento harmonioso dos adolescentes, com respeito e promoção da sua personalidade, desde cedo; pela participação ativa dos jovens na sociedade e não considerá-los como meros objetos de medidas de socialização ou controlo; por programas de prevenção centrados no seu bem-estar desde a primeira infância; pelo reconhecimento da necessidade e importância da adoção de políticas progressivas de prevenção da delinquência, de efetuar um estudo

sistemático e de elaborar medidas que evitem criminalizar e penalizar uma criança por comportamentos que não causem danos sérios ao seu desenvolvimento nem prejudiquem terceiros; e, também, pela criação de serviços e programas de base comunitária para a prevenção da delinquência juvenil, principalmente nos casos em que não tenham ainda sido estabelecidos organismos oficiais.

Tendo em conta o suprarreferido e visto que esta problemática é bastante atual e carece de investigação focada nos significados atribuídos pelos agentes destes comportamentos, com a presente investigação pretendeu-se identificar e caracterizar as perceções e representações dos jovens acerca do funcionamento familiar e qualidade das suas relações familiares, para caracterizar os significados que eles atribuem a estas influências no início e manutenção da prática de comportamentos antissociais. Assim, é importante dar atenção aos significados atribuídos pelos jovens relativamente às suas experiências, para perceber de que forma as relações com os pais, o próprio ambiente familiar, a monitorização e as práticas educativas podem ter sido impulsionadores do comportamento antissocial.

No Capítulo I, será apresentado um enquadramento teórico do objeto de estudo, focando nos subtemas considerados possíveis fortes instigadores da prática de comportamentos desviantes pelos jovens. De seguida, no Capítulo II, passaremos a expor o enquadramento metodológico da presente investigação, retratando as respetivas linhas orientadoras. Já no Capítulo III, focar-nos-emos na apresentação dos dados recolhidos, articulando, sempre que possível, com uma discussão das principais conclusões retiradas, baseando-nos, sempre, em literatura existente. Finalmente, no Capítulo IV, fecharemos com uma descrição das conclusões finais deste estudo, sintetizando as informações mais relevantes a serem consideradas.

2. Enquadramento Teórico

2.1. A importância da família na adolescência

É essencial ressaltar a importância que a família tem para as nossas vidas, principalmente quando somos mais jovens e estamos ainda a definirmo-nos enquanto seres sociais. A adolescência é uma fase de inúmeras alterações biológicas, psicológicas e sociais, entre as quais estão as transformações nas relações familiares. Dessa forma, a relação entre pais e filhos é um tema bastante atual e recorrente na investigação, uma vez que existe uma preocupação crescente em investigar de que forma a relação parental pode afetar o desenvolvimento e comportamento saudável dos adolescentes (Gonçalves, 2013).

Segundo Losacco (2007), a família é a

“célula do organismo social que fundamenta uma sociedade. *Locus nascendi* das histórias pessoais, é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes; lugar de pertencimento, de questionamentos; instituição responsável pela socialização, pela isentrojeção de valores e pela formação de identidade; espaço privado que se relaciona com o espaço público” (p.64).

Para além disto, importa salientar a importância da família enquanto fonte de segurança para o jovem. Este encontra-se num processo de construção de identidade, em que a família e experiências vividas neste contexto são fundamentais para este processo e também para o desenvolvimento da sua autonomia, às quais se vão igualmente associar outras fontes sociais de referência, como professores e outros colegas. Desta forma, a segurança que advém destes contextos oferecerá as bases necessárias para o amadurecimento do jovem e para a constituição de uma vida adulta saudável (CNAS, 2006).

2.2. Dinâmicas familiares

As dinâmicas familiares consistem no conjunto de padrões e comportamentos típicos de uma família, estabelecidas segundo os seus próprios valores e crenças, podendo

ter um impacto significativo positivo ou negativo na forma como os membros se interrelacionam e se relacionam com os diversos contextos de vida. O facto de cada membro ter o seu papel e respetiva responsabilidade no seio da sua família, é uma das características das dinâmicas familiares, ou seja, o estarmos à espera que aquele indivíduo em questão tenha determinados comportamentos típicos seus e não de outro membro, como por exemplo, é esperado que os pais legitimem ordens e os filhos obedeçam a essas regras (Prata, 2022). Convirá ressaltar que esta atribuição de papéis não é uma dinâmica estática e constante ao longo do tempo, porque as crianças estão em constante crescimento, o que implica um aumento das suas habilidades e responsabilidades, tanto pessoais como sociais. Para além disso, fatores adversos e imprevistos podem surgir, exigindo uma reorganização desses papéis, como é o caso da dissociação familiar, onde as dinâmicas familiares vão precisar de se reajustar face à nova realidade, podendo envolver, dessa forma, mudança nos papéis desempenhados por cada membro (Prata, 2022).

Desta forma, percebe-se que o próprio bem-estar emocional e físico dos diferentes membros de uma família está dependente destas dinâmicas serem saudáveis e o mais ajustadas e adequadas possível. Porém, nem todas as famílias têm a mesma organização e valores – algumas dão mais valor à independência e individualismo dos indivíduos, e outras relevam a importância da união, apoio e ajuda mútua, criando vínculos emocionais entre si distintos (Prata, 2022).

Ao vínculo emocional estabelecido entre os membros de uma família dá-se o nome de coesão familiar. Para melhor abordar este conceito, vou recorrer ao Modelo Circumplexo do Sistema Conjugal e Familiar de Olson. Este integra três dimensões importantes para a compreensão do funcionamento familiar: coesão familiar, adaptabilidade ou flexibilidade e comunicação, e foca-se em perceber como os sistemas fazem o equilíbrio relativamente à díade separação *versus* união. Desta forma, importa ressaltar a existência de conceitos específicos ou variáveis que permitem o diagnóstico e a medição das dimensões da coesão familiar, sendo esses o vínculo emocional, limites, coalizões, tempo, espaço, amigos, tomada de decisão e interesses e recreação (Olson, 2000).

Este conceito de coesão familiar é ainda mais abrangente, pois define-se, também, segundo Olson (2000), em quatro níveis – descomprometida, separada, conectada/ligada e emaranhada – em que os dois moderados (separada e conectada) são considerados os

mais adequados para um equilíbrio do funcionamento familiar, onde existe uma boa coesão, e os extremos (descomprometida/desligada e emaranhada) vistos como mais negativos e problemáticos, existindo, neste caso, baixa coesão.

Relativamente aos níveis moderados, focando, primeiramente, na relação separada, esta, segundo Olson (2000), caracteriza-se por alguma separação a nível emocional, embora não tão extremo quanto a descomprometida, onde valorizam mais o tempo que passam separados da família do que na sua presença, apesar de passarem tempo juntos, tomarem algumas decisões em conjunto e apoiarem-se mutuamente. Em contrapartida, numa relação conectada, as pessoas são mais próximas emocionalmente, são leais ao relacionamento, prezam mais o tempo que passam juntas do que aquele que passam separadas e partilham gostos e têm grande parte dos amigos em comum, ou seja, há uma união mais forte (Olson, 2000).

Já no que respeita aos níveis extremos e negativos, Olson (2000) descreve uma relação descomprometida como aquela que apresenta níveis de separação emocional extremos, onde os indivíduos se focam mais no “eu”, são mais independentes e desligam-se dos outros, envolvendo-se pouco com a família, o que os torna incapazes de recorrer à mesma para pedir ajuda ou apoio em alguma questão da sua vida. Por sua vez, uma relação emaranhada é exatamente o polo oposto. Esta é marcada por uma excessiva proximidade emocional, onde não têm grande privacidade nem amigos e interesses externos, são muito dependentes uns dos outros e a lealdade entre os membros é exigida (Olson, 2000).

Relativamente à dimensão da adaptabilidade ou flexibilidade, esta está associada às mudanças de liderança ocorridas no seio familiar, a relação entre os papéis e as regras que devem ser cumpridas para um funcionamento adequado aos valores da família, visando o equilíbrio entre estabilidade e mudança. Ressaltar que, aqui, o conceito de liderança está relacionado com questões de controle e disciplina (Olson, 2000). Ainda, tal como acontece com a coesão, a flexibilidade também varia consoante quatro níveis – rígido, estruturado, flexível e caótico – em que níveis moderados (estruturado e flexível) caracterizam-se como mais equilibrados e proporcionadores de um bom funcionamento familiar, ao contrário dos extremos (rígidos e caóticos), considerados os mais problemáticos e causadores de um pior funcionamento familiar (Olson, 2000).

Finalmente, no que concerne à terceira e última dimensão do modelo – a comunicação –, de acordo com Olson (2000), esta é encarada como uma dimensão

facilitadora, tendo em conta que é crucial para um bom desenrolar das anteriores. Nesta, a família é vista como um grupo, com determinadas competências a nível de escuta, fala (onde não devem falar pelos outros, mas apenas por si), clareza, respeito mútuo e auto-revelação (sobre sentimentos decorrentes da relação), sendo a empatia e a escuta os dois fatores de maior relevo. Salientar, ainda, que, tal como acontece nas outras duas dimensões, as famílias equilibradas conseguem comunicar de uma forma muito boa, enquanto que as desequilibradas têm uma má comunicação (Olson, 2000).

2.3. Práticas disciplinares e de supervisão

As práticas educativas parentais, segundo Carvalho & Gomide (2005), demonstram ser um fator que pode levar à aquisição e manutenção de comportamentos antissociais em crianças e adolescentes. Estas podem dividir-se em práticas educativas positivas, associadas ao desenvolvimento do comportamento pró-social, como a monitorização positiva e o comportamento moral, e práticas educativas negativas, relacionadas com o início do comportamento antissocial, como a negligência, a monitorização negativa, a disciplina relaxada, a punição inconsistente e o abuso físico (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2003).

Debruçando-nos, então, sobre o que são estas práticas educativas positivas, a monitorização positiva relaciona-se com o facto de os pais saberem o que estão a fazer, onde e com quem estão os seus filhos. Importa ressaltar aqui que, embora esta se foque na supervisão dos menores, não é o mesmo que exercer, excessivamente, controle e pressão, pelo contrário, esta consiste em olhar pelo interesse maior do bem-estar dos filhos, de uma forma saudável, nada em exagero, implicando, da parte dos progenitores, disponibilidade para ouvirem tudo aquilo que os jovens têm para lhes contar, com base na empatia e ajuda para tudo o que precisarem. Da mesma forma, o comportamento moral recai sobre a transmissão de valores morais, que irão funcionar como inibidores do comportamento antissocial e possibilitar o desenvolvimento da empatia, do senso de justiça, da generosidade, da valorização positiva do trabalho, da reparação do dano e, ainda, dos sentimentos de culpa e vergonha (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2003).

Passando, agora, para as práticas educativas negativas, salientar que foi comprovada a correlação entre estas e o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos jovens (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2004). Começando pela negligência, esta pode ser psicológica e emocional, consistindo numa constante omissão de responsividade, interesse, afeto e amor, dos progenitores para com a criança ou adolescente, com a possibilidade de isso causar um mal-estar emocional intenso no menor. Contudo, também pode ser negligência física, relacionada com a incapacidade de os pais responderem às necessidades básicas do menor a vários níveis, como alimentação, sono, higiene, saúde, segurança, proteção e educação, comprometendo, dessa forma, o crescimento e desenvolvimento saudáveis (APAV, 2011). Deste modo, afirmar que a ausência de afeto e cuidados por parte dos progenitores, que são as figuras mais relevantes na vida dos seus filhos, nomeadamente a indisponibilidade para os ajudar em todas as etapas da sua vida, acaba por se tornar uma aprendizagem para o menor, havendo a possibilidade de ele a reproduzir com outras pessoas, podendo gerar comportamentos violentos da sua parte (Carvalho & Gomide, 2005). Por sua vez, a monitorização negativa é exatamente o oposto da positiva, ou seja, consiste no controle e pressão do jovem a um nível extremo, causando a sensação de desconfiança e exagerando em todas as formas de vigia e fiscalização do menor, recaindo numa supervisão stressante que afeta o desenvolvimento da autonomia e independência por parte do jovem. Ademais, esta caracteriza-se por um fraco estabelecimento de regras, pois os progenitores, ao invés de as ditar com calma para que os jovens as interiorizem, despejam-nas com irritação, acabando por não serem ouvidas nem cumpridas, não sofrendo consequências por conta disso (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2003). Assim, segundo Carvalho & Gomide (2005, cit. in Petit, Laird, Dodge, Bates e Criss, 2001) a monitorização negativa encontra-se fortemente associada a níveis altos de ansiedade, depressão e delinquência juvenil. Já a disciplina relaxada, remete-nos para a não imposição de limites, por parte dos progenitores, face a comportamentos inadequados e antissociais dos seus filhos, não obrigando ao cumprimento de regras (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Patterson et al., 1992). Com esta falta de importância dada pelos pais ao incumprimento de regras, os jovens interiorizam que as regras não precisam ser cumpridas, que podem desrespeitar as autoridades e, também, aprendem a manipular emocionalmente a situação para fugir ao cumprimento das regras (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2003). No que concerne à punição inconsistente, esta baseia-se na imposição de uma punição de acordo com o estado de humor dos progenitores, ou seja, a punição não depende do

comportamento em si, mas sim de como os pais se encontrarem naquele momento em questão. Por vezes, o comportamento pode ser punido, outras ignorado e outras até aplaudido (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2004), originando uma dificuldade acrescida, por parte dos jovens, em distinguir o que é certo do errado e, também, na formação dos seus valores morais (Carvalho & Gomide, 2005). Finalmente, o abuso físico consiste em qualquer ação propositada, isolada ou repetida, com finalidade de provocar dano físico, por parte dos progenitores aos filhos, tais como bofetadas, pontapear, bater com o cinto ou outros objetos, abanar, sacudir, apertar ou prender a criança e morder ou queimar (APAV, 2011). Vários estudos confirmaram que estas atitudes por parte dos pais, do uso de violência para combater os comportamentos antissociais dos jovens, tendem a ter o efeito oposto ao desejado, ou seja, ao invés de diminuir esses comportamentos, eles tendem a aumentar (Carvalho & Gomide, 2005).

2.4. Dissociação familiar

Como todos sabemos, a separação entre pais e filhos, seja por meio do divórcio ou outro motivo, é algo que afeta a noção de estabilidade dos jovens, constituindo-se este como um dos eventos mais perturbadores para o bem-estar de uma família. Com este, é como se o mundo destes jovens perdesse o sentido, como se, de repente, a sua vida mudasse por completo, com novos hábitos, novas rotinas, o que interfere com as suas emoções, trazendo, juntamente com um sentimento de perda forte, a ansiedade, a raiva e a tristeza. Para além disso, sentimentos de culpa podem ser gerados no interior de uma criança durante a separação, pois esta pode sentir que teve algum contributo não desejado para estar a haver divórcio e, ainda, pode acontecer de, em caso de pais que visitam com pouca regularidade os filhos, surgirem sentimentos de rejeição (Blatt, 2021).

Importa ressaltar, ainda, que, segundo Blatt (2021), o desempenho parental, durante esta fase do divórcio, tende a piorar, pois as preocupações acrescidas de tudo o que tem que ser tratado, juntamente com possíveis conflitos entre o casal, ocupa-lhes demasiado a cabeça e tendem a deixar de parte os filhos.

Perante este acontecimento de separação, a família passa por três fases de ajuste: aguda, marcada por uma turbulência de emoções, ocorrendo desde que o casal se decide separar até mais ou menos dois anos após; de transição, onde os jovens enfrentam um

período de ajuste à sua nova vida, ao novo relacionamento entre os pais e ao seu com o progenitor que ficou sem a sua guarda, adaptando-se, inclusive, ao registo de visitas e tudo que gira em torno dessas decisões tomadas, perdurando esta durante toda a fase de divórcio; e, ainda, a depois do divórcio, onde se espera que haja desenvolvimento de uma nova estabilidade de vida, embora diferente, para todos (Blatt, 2021).

Focando-nos, agora, no jovem e em como este fica face à separação dos pais. Segundo Blatt (2021), os efeitos do divórcio variam consoante a idade do menor e o seu nível de desenvolvimento, retratando que, em crianças dos dois aos cinco anos há a possibilidade de começarem a ter dificuldades para dormir, crises de raiva e ansiedade de separação e, também, regredir no desfralde; em crianças dos cinco aos doze anos, podem surgir sentimentos mais profundos de tristeza, aflição, raiva intensa e medos irracionais, como fobias; e, ainda, em adolescentes, surgem, frequentemente, sentimentos de insegurança, solidão e tristeza, levando alguns ao início de comportamentos mais perigosos e desviantes, como uso de drogas e álcool, sexo, roubo e violência, ou, também, ao desenvolvimento de transtornos alimentares, começarem a falar às aulas e procurarem novas companhias, como colegas praticantes de comportamentos de risco. Assim, percebemos que, durante esta separação, o rendimento escolar tende a cair e existem, ainda, fantasias, por parte da criança, sobre a reconciliação dos pais.

Face a isto, a questão de como é que podemos ajudar estes jovens a lidar com estes acontecimentos que acarretam sensação de perda vem à nossa cabeça, levando-nos a investigar mais sobre isso. Deste modo, perceber que as crianças precisam de se fazer ouvir, expressando livremente os seus pensamentos e sentimentos a um adulto (um dos progenitores ou alguém de fora que não fique incomodado com o que elas disserem) que a ouça com atenção e a aconselhe da melhor forma possível, torna-se algo fundamental. Ademais, a colaboração entre os pais é algo importante para uma melhor adaptação da criança a esta sua nova vida. Para tal, é essencial que o casal não se esqueça da sua responsabilidade parental, se concentrem nas necessidades do jovem, se tratem com respeito e mantenham a participação daquele que sai de casa na vida da criança (Blatt, 2021).

Além do divórcio, outra questão importante de ser abordada e explorada é a perda, principalmente a relacionada à morte. Segundo Moutinho (2012), não se deve esconder a uma criança ou adolescente a morte de um familiar próximo, mesmo que se trate do pai ou mãe da mesma, pois inevitavelmente esta vai vir a descobrir, e pode ser pior adiar.

Geralmente, a morte de um dos progenitores tem um impacto maior nos jovens, acarretando a possibilidade de eventuais mudanças virem a ocorrer no comportamento dos mesmos, e na forma como eles vêm e se relacionam com o mundo. Contudo, é importante terem boas redes de suporte, que os ajudem a compreender que, embora seja uma perda muito dolorosa, não tem que interromper o seu bom desenvolvimento. Para isto, é necessário que essa informação seja transmitida ao menor atempadamente e com clareza, dando-lhe tempo para que ele possa processar e digerir tudo o que lhe foi dito e as suas próprias emoções e, ainda, é vantajoso que a sua rede de apoio esteja atenta às suas reações e mudanças de comportamento (Moutinho, 2012).

2.5. Estilos parentais

A qualidade da relação entre pais e filhos e dos cuidados parentais é fundamental para um bom desenvolvimento do jovem. Desta forma, percebe-se a importância de se abordar os estilos parentais nesta temática, tendo em conta a influência que pode ter na vida de cada criança.

Os estilos parentais consistem num conjunto de atitudes e estratégias adotadas a partir de um determinado contexto emocional, que apontam o modo como os pais ou cuidadores educam os seus filhos, caracterizando-se assim por padrões de interação e socialização entre ambos (Barcelos, 2020).

O estudo dos estilos parentais foi impulsionado pelo trabalho de Baumrind (1966), que integrou tanto os aspetos comportamentais quanto os afetivos envolvidos na criação dos filhos. No entanto, esta não considerou a autoridade parental como uma dimensão contínua, propôs antes uma divisão dos estilos parentais em 3 categorias: autoritário, autorizante e permissivo (Costa, Teixeira & Gomes, 2000).

Assim, Baumrind defende que o estilo autoritário é marcado por valores reduzidos de afetividade e elevados níveis de controlo e restritividade, em que os pais exercem um controlo psicológico rígido, desencorajam a independência e a individualidade da criança e as trocas verbais entre eles. Para além disso, eles tentam influenciar, controlar e avaliar o comportamento e atitudes dos filhos de acordo com um padrão absoluto, dão valor à obediência, favorecem a punição e tentam inculcar à criança valores tradicionais como o

respeito pela autoridade, trabalho, tradição e preservação da ordem (Cardoso & Veríssimo, 2013, cit. in Baumrind, 1966, 1967, 1971).

Já o estilo autorizante é visto como o ideal para Baumrind. Este diz respeito aos pais com níveis elevados de exigência, mas também de afetividade, promovendo um ambiente intelectualmente estimulante para os seus filhos, ou seja, exercem um controlo firme e são afetuosos, calorosos e responsivos às necessidades das crianças. Ao contrário do que acontecia com a nomenclatura autoritária, estes pais encorajam a comunicação aberta e as trocas verbais entre si e os seus filhos, e promovem a sua autonomia e individualidade. Ademais, trocam perspetivas para chegarem a uma decisão, ou seja, partilham as razões das tomadas de decisão, reconhecem os seus direitos e os direitos da criança, tentam orientar as suas atividades de modo racional e têm uma atitude de confronto face às divergências, sem exagerar nas restrições. Estes pais afirmam, também, os seus valores de modo claro, esperando das crianças que cumpram as normas que lhes dizem respeito, investindo bastante na educação dos seus filhos (Cardoso & Veríssimo, 2013, cit. in Baumrind, 1967, 1971, 1993).

Por fim, o estilo permissivo refere-se aos pais que têm uma atitude tolerante e de aceitação face aos impulsos, desejos e ações da criança, e evitam tomar posições de autoridade e impor controlo ou restrições aos filhos. São pais pouco punitivos, que permitem aos filhos a regulação do próprio comportamento e a tomada das suas próprias decisões sempre que possível, exigindo poucas regras de rotina (Cardoso & Veríssimo, 2013, cit. in Baumrind, 1967, 1971).

Baumrind (1967) afirma, ainda, que tanto os pais com estilo permissivo como os pais com estilo autoritário fazem poucas exigências de maturidade e comunicam de modo ineficaz (Cardoso & Veríssimo, 2013).

3. Estudo empírico

3.1. Método

Segundo Neves (1996), são diversas as formas de avançar no conhecimento de um fenómeno, como por exemplo, pela sua descrição, medição, procura de ligação causal entre os seus condicionantes ou pela análise de contexto. Diferentes formas lidar com o mundo originam diferentes perceções e interpretações dos significados e sentidos do objeto pesquisado que não se opõem nem se contradizem.

Posto isto, após uma longa revisão da literatura e tendo em conta a escassez de estudos em Portugal sobre esta temática baseados nas perceções dos próprios jovens envolvidos, a presente investigação torna-se pertinente para uma melhor compreensão do que aconteceu durante o processo de desenvolvimento destes indivíduos, nomeadamente no contexto familiar, que os levou à prática de comportamentos antissociais.

Desse modo, e tendo em conta a complexidade do fenómeno que se pretende analisar e as vertentes nas quais iremos focar ao longo da investigação, tornou-se claro que o método mais adequado a ser adotado é o qualitativo. A abordagem qualitativa permite-nos trabalhar com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, aprofundando a complexidade dos fenómenos, factos e processos. Passa pelo observável e vai além dele ao estabelecer inferências e atribuir significados ao comportamento (Silva, 2010).

3.2. Objeto e objetivos

No que concerne ao objeto de estudo do respetivo projeto, este tem como principal foco identificar as perceções e representações dos jovens acerca do funcionamento familiar e qualidade das suas relações familiares, para analisar de que forma isso influenciou o início e manutenção da prática de comportamentos antissociais.

Visto que este é um problema bastante atual e com pouca investigação focada nos significados, este estudo pretende, inclusive, chamar a atenção para a enorme importância que se deve dar à história que estes jovens carregam, aos seus próprios relatos, e não apenas focar nos comportamentos antissociais cometidos. Muitos destes indivíduos vivem em contextos muito desfavorecidos, nomeadamente o contexto familiar, no qual, por vezes, não recebem a atenção e proteção necessária, assistem a episódios de violência em casa, problemas com álcool e drogas, entre outros, e é importante ter isto em consideração ao abordar esta temática.

3.3. Questões de investigação

Antes de mais, importa salientar que, na psicologia, a abordagem qualitativa é muito utilizada nas pesquisas por permitir a explicação de comportamentos, sentimentos e processos mentais relatados ao pesquisador, o que torna o seu objeto de estudo dinâmico e contextualizado (Silva, 2010). Estes significados são retirados das entrevistas que são feitas e, embora haja um conjunto de questões previamente pensadas, estas podem ser modificadas ou moldadas dependendo do que o jovem vai relatando. Aliás, uma das características básicas dos métodos qualitativos é justamente a flexibilidade no processo de conduzir a investigação, ou seja, o investigador trabalha com situações complexas que não permitem a definição exata e à priori do caminho que irá seguir (Dalfovo, Lana & Silveira, 2008).

Referir, ainda, que são múltiplos os fatores que podem estar relacionados com os comportamentos delinquentes dos jovens, como por exemplo, o grupo de pares e conflitos internos dos próprios adolescentes, como a impulsividade (NEV, 2016), logo, estes não se limitam ao que se passa no seio familiar. No entanto, este estudo foca-se na importância que as relações familiares têm na vida dos adolescentes e de que forma interferiram para que o jovem caminhasse em direção ao considerado não normativo.

Assim, tendo em conta o suprarreferido, as questões de investigação avançadas no presente estudo são:

- i) Perceber qual a importância das dinâmicas familiares para a delinquência juvenil, de acordo com a perceção dos próprios jovens.

- ii) Perceber qual o impacto da supervisão familiar na delinquência juvenil, através dos significados atribuídos pelos jovens.
- iii) Perceber qual o impacto da dissociação familiar na delinquência juvenil, através dos significados atribuídos pelos jovens.
- iv) Perceber qual o estilo parental predominante e qual o seu impacto na delinquência juvenil, segundo a percepção dos jovens.

3.4. Participantes

A investigação qualitativa aproxima-se da realidade do estudo de uma maneira natural, isto é, procurando não alterar o que ocorre, nem impor moldes para encerrar a realidade em um padrão de observação, uma pergunta ou uma teoria previamente desenvolvida. Ademais, esta procura não gerar reações que possam alterar o curso natural dos factos (Briceño-León, 2003). Ou seja, esta metodologia, ao não usar escalas em que o participante tem que se posicionar face a uma questão, acaba por dar uma abertura imensa ao jovem para nos contar tudo o que se sentir confortável de o fazer, em relação ao fenómeno estudado (o que viveu, o que sentiu, como se sente no momento, etc.).

Deste modo, a realização do presente estudo contou com a colaboração de quinze participantes, sendo os critérios de inclusão: serem jovens, do sexo masculino, a cumprir Medida Tutelar de Internamento no Centro Educativo de Santo António, pela prática de factos qualificados pela Lei como crime, e com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos (Anexo 1).

Por fim, importa ressaltar que segundo Moré (2015), um dos princípios epistemológicos da ação da pesquisa qualitativa diz respeito à importância do reconhecimento da singularidade. Este refere, ainda, que, tendo em vista a idiossincrasia nos processos de constituição dos sujeitos, a pesquisa qualitativa não se legitima pela quantidade de participantes e sim pela qualidade, profundidade, detalhamento e contextualização dos seus relatos. Ou seja, o sucesso na investigação qualitativa não depende tanto do número de participantes que vão ser entrevistados, mas sim da qualidade da informação que o investigador consegue reter.

Relativamente às entrevistas realizadas, estas decorreram no Centro Educativo de Santo António, no Porto, com uma duração entre os 6 e os 12 minutos, oscilação devida

à informação que o jovem sentia vontade e conforto em partilhar. No final, foram concretizadas um total de quinze entrevistas.

3.5. Questões Éticas

De forma a salvaguardar a integridade dos jovens e os dados recolhidos, este estudo foi conduzido segundo diretrizes éticas específicas para o efeito, salientando-se o consentimento informado, a confidencialidade, o princípio da beneficência e não-maleficência e, ainda, a independência da investigadora. Para tal, recorreu-se ao Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, segundo o estabelecido no Regulamento n.º 258/2011 (2011).

Ressaltar que, relativamente ao consentimento informado, este foi assinado à priori das entrevistas, tal como aconteceu com a garantia de confidencialidade das informações recolhidas, tanto pela investigadora como pelas gravações autorizadas, onde, inclusive, foi explicado e reforçado aos participantes o carácter voluntário das mesmas e o facto de poderem desistir a qualquer momento, sem prejuízos para o próprio. Ainda, nesta fase, os jovens foram identificados por códigos, para proteger o seu anonimato, e foram alertados da possibilidade de contacto com a investigadora, quando quisessem, para esclarecimento de qualquer dúvida ou curiosidade sobre o estudo.

3.6. Instrumentos de recolha de dados

Como já referido anteriormente, o instrumento utilizado para a recolha de dados foi a entrevista, que pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado (Haguette, n.d.).

Tendo em conta a natureza da problemática a estudar, o tipo de entrevista considerado mais pertinente para ser utilizado foi a entrevista em profundidade, pois esta baseia-se numa conceção construtivista do comportamento humano: o ser humano enquanto pessoa que constrói sentidos e significados a partir dos quais entende, interpreta e maneja a realidade (Aires, 2015).

Desta forma, para a recolha de dados foi utilizado um guião de entrevista (Anexo 2), dividido em sete partes, de forma a aprofundar, ao máximo, cada questão de investigação na sua idiossincrasia. De forma a garantir que este guião estivesse em consonância com os objetivos do estudo e respetivas questões de investigação, desenvolveu-se, primeiramente, um Quadro Integrador (Anexo 3). Relativamente às informações retiradas das entrevistas, estas são vistas como “subjetivas” pelos cientistas das áreas sociais e de humanidades, pois constituem uma representação da realidade sob a forma de ideias, crenças, opiniões, sentimentos, comportamentos e ação, ou seja, sobre modos de pensar, sentir, agir e projetar o futuro (Minayo & Costa, 2018).

Para além disso, importa ressaltar outro aspeto importante acerca deste tipo de entrevistas, relacionado com o facto de serem compostas por questões abertas, algumas previamente pensadas e outras que vão surgindo no decorrer da entrevista, dando, assim, abertura ao participante de falar tudo o que ele quiser sobre o tema que está a ser explorado. Segundo Moré (2015), quem controla o fluxo da narrativa após as perguntas do investigador é o participante, visto que as suas respostas são abertas, não preestabelecidas, cabendo ao pesquisador o controlo desse fluxo, visando mantê-lo em torno do objetivo da investigação.

Ademais, é importante não esquecer quem são os participantes deste estudo na elaboração das questões que irão ser colocadas. Tratando-se de jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, deve haver um cuidado acrescido com a linguagem a ser utilizada, de modo a não pôr em causa a investigação pela não compreensão das questões por parte dos sujeitos.

Finalmente, referir que a preceder a realização das entrevistas, foi efetuada uma entrevista piloto, visando verificar se estava tudo explícito, para que não houvesse problemas de compreensão e clareza. Com isto, procedeu-se a algumas alterações na construção frásica das questões e a uma reflexão acerca da relação de um dos subtemas escolhidos e as perguntas relativas ao mesmo, levando a um pequeno ajuste. Foi, ainda, entregue, no início de cada entrevista, um consentimento informado (Anexo 4) aos participantes, como já anteriormente referido, onde está explícito o tema em estudo, garantindo a anonimidade dos dados recolhidos e referindo a possibilidade de desistência a qualquer momento e sem qualquer prejuízo para o próprio. Além disso, pediu-se, também, autorização para a gravação destas entrevistas, de modo a facilitar a posterior fase de transcrição dos dados.

3.7. Análise e tratamento de dados recolhidos

A análise e tratamento dos dados recolhidos, baseou-se no método da análise de conteúdo, mais concretamente a análise temático-categorial.

A análise de conteúdo é compreendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que visa analisar diferentes aportes de conteúdo, sejam eles verbais ou não-verbais, através de uma sistematização de métodos empregados numa análise de dados (Sousa & Santos, 2020). Segundo Bardin (2016), as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, com o objetivo de tornar operacionais e organizar as ideias iniciais, conduzindo-as a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (Bardin, 2016). Esta fase é composta por cinco etapas: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos, reformulação dos índices e a elaboração de indicadores e, por fim, a preparação do material.

De seguida, temos a fase da exploração do material, que consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (Bardin, 2016).

Por fim, a última fase consiste no tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, em que os resultados brutos são tratados de forma a serem significativos e válidos. O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (Bardin, 2016).

Assim, importa referir que, embora existam muitas técnicas associadas a este tipo de análise, a escolhida para o estudo em questão foi a análise de conteúdo temático-categorial. Esta contém um conjunto de procedimentos próprios e explícitos, como a leitura flutuante, intuitiva ou parcialmente orientada do texto, em que o investigador deve fazer uma leitura exaustiva dos documentos a serem analisados, como se “flutuasse” sobre os mesmos; a definição de hipóteses provisórias sobre o objeto estudado e o texto analisado, que advém da leitura flutuante; a determinação das unidades de registo, sendo

que estas podem ser palavras, frases, parágrafos, temas, objeto ou referente, personagem, acontecimento ou documento; a marcação no texto do início e final de cada unidade de registro observada; a definição das unidades de significação ou temas, associando-as a unidades de registro, sendo que cada tema será composto por um conjunto de unidades de registro; a análise temática das unidades de registro, consistindo na quantificação dos temas em número de unidades de registro; a análise categorial do texto, isto é, definir dimensões a partir dos temas determinados e da sua quantificação, agrupando os mesmos segundo critérios teóricos ou empíricos, e, também, as hipóteses de análise; o tratamento e apresentação dos resultados; e, por fim, a discussão dos resultados e retorno ao objeto de estudo (Oliveira, 2008).

Relativamente à construção das categorias empíricas, segundo Oliveira (2008), esta deve apoiar-se em critérios como a homogeneidade, exaustividade, exclusividade, objetividade e adequação ou pertinência. Para além destes, outras características são importantes de serem levadas em consideração para que se considerem boas categorias, tais como a importância quantitativa (relacionada com o total de unidades de registro na análise e sua distribuição por entrevista) e qualitativa (de forma a perceber se o tema é adequado ao objeto de estudo) dos temas. Por fim, ressaltar que estas categorias sumariam as unidades de registro retiradas do texto, agregam os significados existentes no texto em subconjuntos, são específicas e, ainda, suportam a maioria do material analisado.

Desta forma, para dar início ao processo de análise, procedeu-se a uma transcrição integral do conteúdo das entrevistas, para que fossem devidamente analisadas, de acordo com a proposta de Braun & Clarke (2006). Começou-se, então, pela familiarização com os dados recolhidos, o que precisou de repetidas leituras, para que chegássemos à produção de códigos iniciais, obtidos através da codificação de características interessantes e relevantes dos dados, que foram, posteriormente, combinados, conduzindo, assim, à definição de possíveis temas para análise. Depois de identificados os temas, procedeu-se à revisão dos mesmos e à elaboração de uma grelha de análise de dados (Anexo 5), onde foram definidas as suas nomenclaturas finais, com clareza. Finalmente, foi produzida a escrita dos resultados, com base na análise feita e em toda a narrativa expressa nas entrevistas, retirando, inclusive, excertos das mesmas.

4. Apresentação e Discussão de Resultados

No respetivo capítulo, irão ser apresentados e discutidos os resultados obtidos através da recolha de dados, posteriormente agrupados em categorias e subcategorias, salientando-se seis grandes categorias: relação com os pais, supervisão familiar, dissociação familiar, impacto percecionado da dissociação familiar, estilos parentais e impacto percecionado das práticas educativas.

Adicionalmente, será fornecida uma grelha de análise dos dados (Anexo 5) contendo excertos relevantes retirados das entrevistas, devidamente categorizados. Isso permitirá uma visão detalhada das vozes dos participantes e das principais tendências observadas em relação aos temas discutidos. Através desta abordagem, espera-se proporcionar uma compreensão mais abrangente das experiências e perspetivas dos jovens em relação às questões abordadas na investigação.

4.1. Relação com os pais

Esta categoria aborda a perceção dos jovens sobre as suas relações familiares. Com o objetivo de compreender melhor esta dinâmica, optou-se por dividi-la em três subcategorias: relação positiva, relação negativa e ausência de relação. Essa divisão visa analisar qual dessas categorias é mais prevalente e como ela impactou o surgimento e a manutenção de comportamentos desviantes.

Embora tenham sido relatadas experiências de relações negativas com os pais e, em alguns casos, até mesmo a ausência de relações, a maioria dos participantes destacou ter relações positivas com os seus pais. Esta análise permitirá uma compreensão mais aprofundada das diferentes dinâmicas familiares e como elas podem ter influenciado as trajetórias dos jovens em relação a comportamentos desviantes, tendo em conta que, segundo a teoria de controlo social de Hirshi, a relação entre pais e filhos é central para a compreensão da génese da delinquência (Ferreira, 1997), pois uma má relação ou ausência da mesma pode dotar o indivíduo de maior predisposição para a prática de crimes (Hirshi, 2002).

Assim, a primeira questão de investigação – *“Perceber qual a importância das dinâmicas familiares para a delinquência juvenil, de acordo com a percepção dos próprios jovens.”* – consegue ser respondida. Embora pareça contraditório, a maioria dos jovens participantes referiu ter relações positivas com os pais, evidenciando a importância que isso tem para si. Num estudo realizado por Branco, Wagner & Damarchi (2008), constatou-se, através de avaliações realizadas a jovens infratores e não infratores, que a maioria dos adolescentes em conflito com a Lei, pertencem a famílias onde existe um funcionamento regido por relações conflituosas e pouca qualidade de comunicação entre pais e filhos, sendo uma das principais dificuldades a abertura dos jovens para falarem sobre os seus sentimentos com os progenitores (Branco, Wagner & Damarchi, 2008).

4.1.1. Relação Positiva

Segundo Ferreira (1997), os laços familiares inibem ou controlam a delinquência, porque o adolescente não quer pôr em causa as relações positivas que mantém com os pais. Desta forma, referir que a maior parte dos jovens (N= 13) relataram ter boas relações familiares (*“É boa, eu acho que é boa!”* – J8; *“Tenho uma boa relação familiar.”* – J13), embora um tenha mencionado a existência ocasional de problemas característicos do ambiente familiar (*“Eu acho que são boas. Tem alguns problemas, mas tipo, é aqueles problemas normais de família...”* – J1).

É válido salientar, adicionalmente, que uma minoria dos jovens (N= 4) enfatizou a presença proeminente da mãe na sua vida, destacando-a como figura primária, com a qual mantêm uma relação de maior proximidade (*“Com a minha mãe é a melhor relação...”* – J2; *“Eu acho que com a minha mãe eu tenho uma relação muito boa, que muitas mães não têm com os filhos!”* – J11).

Por fim, emerge das narrativas dos participantes, uma tendência maioritária entre os jovens (N= 8) em caracterizar a sua família como uma unidade coesa, unida, onde a colaboração mútua e a solidariedade são componentes intrínsecos (*“Simpática, muito chegada, muito próxima.”* – J6; *“Unida, ... ‘Tão sempre lá para apoiar.’”* – J7).

4.1.2. Relação Negativa

No que se refere às relações adversas com os pais, emergem observações de conteúdo também muito diverso dos jovens participantes. Um segmento substancial dos rapazes (N= 7) expressou experiências caracterizadas por um teor negativo (*“Hm, não... Nem era relação de pai e filho nem de mãe e filho... era... uma relação de... parecíamos colegas, era só dizer o bom dia, boa tarde, boa noite...”* – J4; *“Não era nada boa.”* – J9). Interessantemente, uma proporção significativa desses jovens, embora inicialmente tenham fornecido informações sugerindo relações positivas, posteriormente destacaram facetas menos favoráveis das dinâmicas familiares, nomeadamente um subgrupo (N= 4) fez referência a aspetos adversos nas relações com o pai (*“Com o meu pai era assim mais ou menos... discutíamos às vezes... também não me ligava muito...”* – J2) e outros indivíduos (N= 3) apontaram desafios mais relacionados à figura materna (*“(...) e a minha mãe... andávamos sempre chateados.”* – J9). Este resultado está em consonância com Mota & Matos (2008), quando estes autores afirmam que a qualidade das relações familiares e dos laços afetivos é fundamental para um desenvolvimento saudável dos jovens. Contudo, isto nem sempre se verifica, visto que há muitas famílias completamente desestruturadas, onde a vinculação insegura, a falta de cuidados e de supervisão parental ou mesmo a ausência de cuidadores efetivos impera (Mota & Matos, 2008).

Além disso, vale mencionar um caso singular que destaca situações particularmente difíceis, tendo relatado episódios de violência doméstica entre os progenitores e a presença de abuso de álcool por parte do pai (*“Foi em parte da violência em casa, quando o meu pai chegava bêbado e batia na minha mãe...”* – J3).

4.1.3. Ausência de relação

No âmbito dos participantes deste estudo, recolheram-se relatos (N= 5) onde era manifestado um deficiente suporte parental (*“Não existe.”* – J10; *“O meu pai é afastado (...)”* – J12; *“Com a minha mãe... não, não tenho contacto.”* – J13). Através destes testemunhos, destaca-se uma perspetiva marcada pela ausência notável de conexões familiares significativas, evidenciando um cenário onde as relações familiares são inexistentes ou escassas para esses indivíduos, o que cria condições propensas à delinquência, pois diminui a sensibilidade do jovem aos conselhos dos progenitores e encoraja-os a agir, com mais liberdade, às diversas situações a que está exposto (Ferreira, 1997). Esta subcategoria oferece uma dimensão adicional à complexidade das

experiências vivenciadas pelos participantes, ressaltando a diversidade de contextos familiares representados na presente investigação.

4.2. Supervisão familiar

A categoria em questão direciona-se para a análise da percepção dos participantes acerca da supervisão exercida pelos seus progenitores ao longo do seu desenvolvimento, abrangendo desde os primeiros anos até ao presente momento. Esta, tal como referido anteriormente, segundo Carvalho & Gomide (2005), constitui um dos fatores que pode conduzir um jovem à aquisição ou manutenção de comportamentos antissociais. Assim, com o intuito de capturar a complexidade deste fenómeno, optou-se por estabelecer cinco subcategorias distintas: Monitorização Positiva, Monitorização Negativa, Disciplina Relaxada, Negligência e Abuso Físico.

Esta segmentação visa investigar a presença e natureza do controle exercido sobre os jovens, avaliando se este se caracteriza por um nível adequado ou excessivo. Além disso, a análise procura compreender se os pais possuíam conhecimento acerca dos grupos sociais frequentados pelos filhos e se demonstravam interesse e preocupação em relação às vivências quotidianas destes.

Desta forma, verificou-se, tal como descrito abaixo, que a prática de supervisão mais salientada pelos jovens é a monitorização positiva, o que não correspondeu ao esperado, tendo em conta que, segundo Carvalho & Gomide (2005, cit. in Gomide, 2003), esta integra as formas positivas de supervisão, encaradas como inibidores do comportamento antissocial, pois possibilita o desenvolvimento da empatia, do senso de justiça, da generosidade, da valorização positiva do trabalho, da reparação do dano e, ainda, o surgimento de sentimentos como a culpa e a vergonha. Assim, tal como acontece com a primeira questão de investigação, a segunda – *“Perceber qual o impacto da supervisão familiar na delinquência juvenil, através dos significados atribuídos pelos jovens.”* – também recolhe resultados inesperados, tendo em conta que, segundo os rapazes participantes, os pais monitorizavam devidamente o que eles faziam ao longo do dia, as suas companhias e definiam limites para que nada fosse em exagero, logo, o impacto na delinquência seria positivo. Contudo, há necessidade de aprofundar mais sobre este tema das boas práticas de supervisão, porque, aparentemente, alguma coisa pode ter falhado na monitorização destes pais para que os jovens não respeitassem a

autoridade, como por exemplo, o estabelecimento de regras ter sido fraco, ou até mesmo a ocorrência de um controle excessivo.

4.2.1. Monitorização positiva

No contexto da respetiva subcategoria, doze dos quinze jovens compartilharam experiências em que seus progenitores demonstraram um claro interesse e preocupação em relação a eles. Os pais regularmente demonstravam interesse pelo círculo social dos filhos, fazendo questões sobre as companhias, destinos e atividades planejadas (*“Perguntavam quem eram..., com quem é que eu andava...” – J7; “Depende... perguntavam quem eram os amigos, se conheciam... onde ia... qual era a idade deles... onde moravam, às vezes... se eles conheciam, ainda... se fossem bons amigos, deixavam.” – J14*).

Notavelmente, as questões relacionadas à escola destacaram-se, refletindo a preocupação dos pais com esse ambiente específico da vida dos filhos, procurando informações sobre a sua participação nas aulas, a realização de trabalhos de casa, a existência de recados para encarregado de educação, ou seja, todo o envolvimento escolar (*Perguntavam se a escola correu bem, se eu trabalhei, se me tinha portado bem na escola...” – J5; “Perguntavam se me portei bem na escola... se tenho recados na caderneta... trabalhos de casa... é isso.” – J13*).

Adicionalmente, uma tendência maioritária entre os jovens foi a experiência de receber ligações frequentes dos seus pais durante as saídas, especialmente quando estavam acompanhados por amigos (*“E se... mesmo que eu saísse ‘tavam sempre preocupados, a ligar, se ‘tava tudo bem e assim.” – J6; “Também quando ligavam às vezes perguntavam o que é que eu ia fazer... E quando chegava em casa também...” – J1*).

Os resultados obtidos divergem das expectativas, contrariando as conclusões de alguns estudos (como os de Wright e Cullen (2001) e Cernkovich e Giordano (1987)), que defendem a monitorização positiva como uma prática de supervisão eficaz na prevenção de comportamentos antissociais (Salvo, Silvaes & Toni, 2005). Desta forma, é importante considerar estes resultados inesperados como um ponto de partida para uma análise mais aprofundada e crítica sobre os diferentes fatores que podem influenciar o

surgimento de comportamentos antissociais em jovens. Isto pode levar, inclusive, a uma reavaliação das estratégias de supervisão pelos pais e destacar a importância de considerar múltiplos aspetos do ambiente familiar na compreensão desses comportamentos.

4.2.2. Monitorização negativa

Uma parcela dos jovens participantes (N = 5) compartilhou episódios que sugerem a presença de desconfiança (“(...) *ficavam muito desconfiados para onde é que eu ia.*” – J1) e excesso de controlo sobre os movimentos dos jovens, com evidências de intervenções que superam os limites considerados razoáveis (“*A minha mãe ficava assustada... vinha à minha procura... ainda chamava familiares meus ‘pa me procurar.*” – J13; “*Faziam perguntas, pediam o número deles para falar com eles... sempre. E com as raparigas ainda era pior! Ela ia atrás da rapariga... imagine, se uma rapariga me viesse perguntar qualquer coisa, a minha mãe já ia atrás já a perguntar o que ela me vinha perguntar.*” – J15) por parte de seus progenitores.

Um dos jovens relatou, inclusive, uma situação em que a mãe conseguia localizá-lo mesmo quando ele não atendia as suas chamadas, chegando até ele (“*A minha mãe ‘tava sempre a me ligar! Mas também havia vezes que eu não atendia, mas ela já sabia sempre por onde é que eu ‘tava, ela ia sempre ter onde eu ‘tava, não sei, não sei como, mas descobria sempre!*”).

Todas estas formas de controle e pressão extrema que os pais colocam nos filhos, faz com que a supervisão adotada por estes progenitores seja tão stressante que acaba por afetar o desenvolvimento da autonomia e independência do jovem, abrindo espaço para que este último procure maneiras de desafiar toda a restrição imposta pelos pais. Com isto, podem surgir os comportamentos antissociais, como expressão de independência ou resistência à supervisão opressiva, o que está associado à comprovação de que existe correlação entre este aspeto e o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos jovens (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2004).

4.2.3. Disciplina relaxada

No âmbito da disciplina relaxada, emerge um conjunto de relatos fornecidos por jovens (N= 3) que descrevem a abordagem notavelmente liberal adotada pelos seus

progenitores no que diz respeito à supervisão. Nestes casos, os pais demonstravam uma postura de considerável flexibilidade, estabelecendo poucas, ou até mesmo nenhuma, restrições, o que transmitia uma sensação de desinteresse pelas atividades dos filhos (*“Não faziam perguntas, deixavam-me ir livremente sim!”* – J4).

Uma característica destacada por esses jovens é a concessão de liberdade em relação aos horários, apesar de existirem limites de tempo definidos para regressar a casa. Curiosamente, a despeito de ultrapassarem esses limites, observa-se que as consequências pela desobediência eram mínimas ou inexistentes (*“Era chegar no outro dia, dava na cabeça e vai dormir, come qualquer coisa e dorme.”* – J11; *“Quando chegava já era um bocado tarde...! Já não falava com eles.”* – J15). Nota-se, ainda, que um dos jovens mencionou, inclusive, quase nunca estar em casa (*“Hm... eu quase nunca ‘tava em casa (ri-se)”* – J4).

Com esta aparente falta de importância da parte dos progenitores face ao incumprimento de regras da parte dos filhos, facilmente se percebe a associação existente entre esta forma de supervisão e a delinquência. Isto acontece, pois, a partir do momento em que os jovens interiorizam que as regras não precisam de ser cumpridas dentro de casa, levam esta aprendizagem para a sua vida social, nos seus diferentes contextos, desrespeitando qualquer fonte de autoridade (Carvalho & Gomide, 2005, cit. in Gomide, 2003).

4.2.4. Negligência

Relativamente à negligência, esta pode ser física ou psicológica, e ambas as formas estão correlacionadas com a delinquência juvenil, uma vez que a falta de afeto e cuidados parentais pode ser visto como um exemplo a seguir pelos jovens, levando-os a reproduzir esses comportamentos com terceiros e havendo a possibilidade de gerar comportamentos violentos da sua parte (Carvalho & Gomide, 2005).

Através dos relatos de cinco dos participantes, emergiram situações que sugerem a presença de negligência parental. Destes casos, um jovem mencionou experiências de negligência com uma ênfase maior na figura paterna (*“O pai... não queria saber.”* – J2), um citou ser da parte da mãe (*“Não, a minha mãe não me perguntava. O meu pai é que, às vezes, quando vinha, é que perguntava como é que ‘tava a correr a escola.”* – J8) e os

restantes (N= 2) por ambos os pais (*“Hm... Sinceramente... Quando descobriram que comecei esses comportamentos... Não quiseram saber.”* – J4). As situações mencionadas refletem momentos em que os participantes perceberam uma falta de envolvimento ativo por parte dos pais, seja no que diz respeito à criação, à monitorização escolar ou à resposta a comportamentos problemáticos, o que, segundo a metanálise de Hoeve et al. (2009), constitui um dos aspetos de funcionamento familiar mais fortemente associado a problemas de comportamento e à delinquência juvenil.

4.2.5. Abuso físico

Identificaram-se, ainda, relatos de participantes (N = 5), que abordaram episódios de abuso físico perpetrados pelos progenitores. Estes jovens compartilharam experiências dolorosas nas quais foram vítimas de violência física por parte dos seus pais (*“Foi má... eles batiam-me”* – J7). Estes relatos evidenciam uma realidade significativamente prejudicial em que o uso de violência por parte dos pais teve um impacto adverso na vida dos jovens, influenciando até mesmo o comportamento destes, o que vai ao encontro do que Carvalho & Gomide (2005) defendem, ao afirmarem que os comportamentos violentos, por parte dos jovens, nestas situações, tendem a aumentar e não a diminuir.

4.3. Dissociação familiar

Neste quesito, observa-se que a maioria dos jovens participantes (N= 11) vivenciou uma rutura familiar, sendo que a maioria significativa (N= 10) experienciou a dissolução do casamento dos seus pais, resultando em divórcio (*“Desde que eu nasci que não tenho memória com a minha mãe junto com o meu pai.”* – J11). Somente um participante vivenciou a separação de um dos progenitores devido à morte (*“O meu pai já... já morreu há muito tempo, nunca o conheci.”* – J10).

Estes resultados estão em consonância com o esperado, pois, segundo Blatt (2021), com a dissociação familiar a ocorrer na idade em que estes jovens participantes se encontram, é normal o surgimento de sentimentos de insegurança, solidão e tristeza, em que alguns casos iniciam comportamentos de risco e desviantes, como uso de drogas e álcool, sexo, roubo e violência, ou, também, desenvolvem transtornos alimentares,

começam a falar às aulas e procuram pares desviantes com envolvimento em comportamentos de risco.

Desta forma, relativamente à terceira questão de investigação – *“Perceber qual o impacto da dissociação familiar na delinquência juvenil, através dos significados atribuídos pelos jovens.”* – percebemos que, de facto, neste caso, houve um impacto negativo da dissociação familiar nos rapazes participantes, a vários níveis, que iremos explorar mais detalhadamente no próximo tópico.

4.4. Impacto percecionado da dissociação familiar

A categoria subsequente foi delineada com o propósito de explorar as reações dos jovens face à separação dos pais ou à perda de um deles, e compreender como essa dissociação familiar influenciou os seus comportamentos. Esta pode trazer, para os jovens, consequências graves e duradouras, relacionadas com carência afetiva e emocional, desorganização da personalidade, problemas de identidade, medo e comportamentos desviantes (Damião, 2020). Como resultado, emergiram cinco subcategorias distintas que abordam diferentes aspetos dessas respostas: afeto e suporte social, envolvimento com a escola, aumento de comportamentos desviantes (no geral), desregulação emocional e ausência de impacto, sendo as mais reforçadas pelos participantes o afeto e suporte social e aumento de comportamentos desviantes (no geral).

4.4.1. Afeto e suporte social

Durante a recolha de dados, foram identificadas (N= 7) mudanças no comportamento dos pais em relação ao afeto e apoio social fornecidos aos filhos. Segundo Paula et al. (2018), quando ocorre uma situação de desestruturação familiar, podem surgir sentimentos de falta de proteção e desamparo, por parte dos adolescentes, devido à não presença quotidiana de um dos progenitores.

Para a maioria dos jovens (N= 5), a mudança no comportamento dos pais foi percebida como negativa e muitas vezes associada a fatores externos, como pressões financeiras ou outras demandas, que resultaram numa redução perceptível no tempo e atenção dedicados aos filhos (*“A minha mãe começou a trabalhar ainda mais, mais para nos sustentar a nós 4, e... já não tinha muito tempo para mim, então...”* – J3; *“Perdi o*

meu... perdi... perdi o... a minha mãe era o meu pilar, acompanhou-me desde pequenino e... quando ela se foi embora, eu... pf... perdi... perdi o afeto, perdi o meu rumo, não quis saber de mais nada...” – J4;). No entanto, uma minoria dos participantes (N= 2) relatou mudanças positivas no comportamento dos progenitores, descrevendo que passou a receber mais atenção da sua parte (*“A mãe dá mais agora, dá mais afeto e atenção agora.”*; *“Mudaram, o meu pai mudou sim, para melhor, começou a dar-me mais atenção.”* – J13).

Uma perspetiva interessante surgiu de um dos jovens que sentiu que ganhou mais liberdade e autoridade para sair após observar que tanto a mãe quanto o pai começaram a sair com amigos, deixando-o sozinho em casa (*“A minha mãe começou a sair mais, o meu pai começou a sair mais... e eu, para não ficar só... também saí.”* – J15). Segundo Cohen (2016), o adolescente, com a separação dos progenitores, pode tentar assumir um papel de adulto, desenvolvendo uma autonomia prematura, levando-o, inclusive, a desidealizar as figuras parentais, e, conseqüentemente, a aumentar o risco de envolvimento em comportamentos delinquentes.

4.4.2. Envolvimento com a escola

Uma minoria dos jovens (N= 3) admitiu que a sua conduta escolar sofreu alterações após a dissociação familiar, resultando em falta de presença nas aulas e em comportamentos problemáticos dentro do ambiente escolar, afetando o seu envolvimento e desempenho académico (*“Sim... comecei a não ir à escola...”* – J2; *“Houve uma altura em que fiz bastante porcaria, ‘tive na CPCJ... fui para outra escola, transferiram-me para outra escola, ‘tive... ‘tive 2 anos, fiz o 4º e o 5º assim sem problemas, a CPCJ deixou de andar atrás de mim, depois voltei para outra escola, depois houve os problemas outra vez... e depois... comecei a abrir processos e processos.”* – J3). Este valor foi mais baixo do que o esperado, visto que o mau desempenho escolar, após uma rutura familiar, é uma das respostas mais frequentes (Cohen, 2016).

4.4.3. Aumento de comportamentos desviantes (no geral)

Como já abordado anteriormente, quando ocorre uma dissociação familiar, há probabilidade de os progenitores perderem, total ou parcialmente, a capacidade de

supervisionar os comportamentos dos filhos, o que aumenta a probabilidade da delinquência (Ferreira, 1997).

Neste contexto, uma considerável parcela dos jovens (N= 7) evidenciou um aumento de comportamentos desviantes após a dissociação familiar (*“Comecei a fazer mais porcaria, ainda mais porcaria, mais porcaria, mais porcaria...”* – J3; *“Sim, foram esses conflitos que me levaram aos comportamentos.”* – J8). Estes relatos sugerem que a separação dos pais ou a dissolução da família pode estar correlacionada com um aumento na tendência dos jovens de se envolverem em comportamentos considerados desviantes pela sociedade.

No entanto, dentro desta mesma subcategoria, alguns jovens (N= 2) enfatizaram que os seus comportamentos desviantes não eram resultado direto da dissociação familiar, mas sim uma escolha consciente e independente da sua parte (*“Não, não! Isso também eu acho que é uma coisa dependendo da cabeça da pessoa.”* – J11). Para esses jovens, os seus comportamentos não foram influenciados pela separação dos pais, mas sim pela própria vontade e iniciativa de agir de forma oposta ao que a sociedade espera. Este facto não deixa de ser interessante, visto que já pode advir do ambiente pré-separação, cujo pode ser marcado por tensão e discussões constantes entre os pais, onde o filho é deixado em segundo plano. Tal se justifica pela existência de estudos que comprovam que as fracas relações parentais, qualificadas por uma pobre comunicação, afeto e recetividade, podem levar ao dano do processamento de emoções do menor, fazendo com que o mesmo seja incapaz de sentir culpa e colocar-se no lugar do outro, podendo reagir de forma violenta e inadequada em diversas situações da sua vida (Moreira, 2013).

4.4.4. Desregulação emocional

Nesta análise, foram recolhidos relatos de jovens (N= 5) que revelaram ter experimentado um impacto emocional significativo após a dissociação familiar. Estes relatos sugerem que a separação dos pais gerou um efeito profundo no seu bem-estar emocional e mental (*“Fiquei mal... Por causa que... separaram-se... (faz barulho com a língua) era muito novo, ‘tava sempre a vir ou ‘pa li...”* – J2; *“Parecia que o meu mundo tinha acabado né... Porque apesar de tudo... eu até gostava do meu pai, apesar do que se passava lá em casa, eu até gostava do meu pai...”* – J3; *“Acho que era mais emocional, porque... nunca imaginava vê-los separados.”* – J8). Segundo Paula et al. (2018), isto é

comum de acontecer, pois, com a ausência de um dos progenitores, o adolescente pode vivenciar falta de referência, stress, ansiedade, instabilidade afetiva, agressividade, impulsividade e depressão. Estes sentimentos negativos podem escalar, ao ponto de afetar diretamente com a saúde mental do jovem, ou, ainda, provocar uma mudança de comportamento difícil de lidar, nomeadamente, comportamentos delinquentes (Paula et al., 2018).

Entretanto, alguns desses jovens, apesar de reconhecerem o impacto da dissociação nas suas emoções, demonstraram uma perspetiva um tanto mais atenuada, onde o consideraram algo normal e não muito marcante para as suas vidas. Para eles, a separação dos pais foi percebida como um evento natural que ocorreu em decorrência de alguma situação delicada, e eles foram-se habituando gradualmente à ideia (*“Hm... um pouquinho de nada. Tipo... ya... fiquei com saudades de ver a minha mãe, meu pai, juntos lá na minha casa, e é só.”* – J1). No entanto, é importante lembrar que cada jovem é único, e a forma como eles lidam com os diversos desafios da vida pode variar amplamente de pessoa para pessoa. Alguns podem sentir um impacto profundo e duradouro, enquanto outros podem se adaptar de maneira mais rápida e aparentemente menos afetada.

4.4.5. Ausência de impacto

Nesta subcategoria, foram recolhidas referências (N= 4), por parte dos jovens, relativas à não ocorrência de mudanças de comportamento, tanto da parte dos próprios como dos seus progenitores, após a dissociação, onde os rapazes mencionaram que tudo permaneceu igual (*“Foi sempre igual, não mudou nada.”* – J9). Esta ausência de impacto no jovem pode dever-se, sobretudo, ao seu ambiente familiar se reger por uma constante falta de harmonia, desentendimentos e discussões graves, o que faz com que a separação seja encarada, num primeiro momento, como algo melhor e mais seguro (Paula et al., 2018).

4.5. Estilos parentais

Os estilos parentais contribuem para o desenvolvimento socioemocional dos jovens e são muito importantes para a compreensão do seu comportamento (Weber,

2017). Desta forma, nesta subcategoria, a análise levou à identificação de três subcategorias, correspondentes aos estilos educativos de acordo com o modelo de Baumrind (1966): autoritário, autorizante e permissivo. Essas subcategorias refletem diferentes práticas disciplinares dos pais, com diferentes níveis de associação à delinquência juvenil.

Assim, respondendo à quarta questão de investigação – *“Perceber qual o estilo parental predominante e qual o seu impacto na delinquência juvenil, segundo a percepção dos jovens.”* –, contrariamente ao esperado, percebemos que a grande maioria dos jovens relatou experiências associadas a um estilo educativo autorizante, adotado pelos seus pais e um menor número referente ao estilo autoritário. Com isto, é perceptível a necessidade de mais estudos focados nos significados atribuídos pelos jovens infratores, tentando aprofundar o mais possível, para compreendermos o que falhou na educação dada pelos seus progenitores ou mesmo no próprio jovem, para que, mesmo com a presença de um controlo firme, afetividade, responsividade para com as suas necessidades, e encorajamento da comunicação aberta, da parte dos pais, eles cometam comportamentos delinquentes.

4.5.1. Autoritário

Interessantemente, uma pequena parcela dos rapazes (N= 3) mencionou a presença de um estilo educativo autoritário nas suas famílias, ao contrário do esperado, tendo em conta que estudos realizados com crianças mais novas demonstraram que as que têm pais autoritários apresentam frequentemente problemas internalizantes e externalizantes, onde a delinquência está presente (Querido et al., 2002).

Os jovens participantes do presente estudo, relataram que os seus pais eram mais controladores e restritivos em relação às atividades dos filhos, criando um ambiente em que as decisões eram centralizadas nos pais e as restrições eram mais rígidas (*“A minha mãe dizia-me logo que não!”*; *“Tipo, que não me deixavam fazer nada, gostavam de me controlar.”* – J9).

4.5.2. Autorizante

A grande maioria dos entrevistados (N= 9) relatou experiências associadas a um estilo educativo autorizante, adotado pelos seus pais, o qual foi uma surpresa, tendo em conta que, segundo os estudos de Querido et al. (2002), jovens com pais autorizantes apresentam menos problemas de internalização e externalização, ou seja, menos comportamentos desviantes.

Foram descritas situações em que os progenitores lhes permitiam realizar as atividades desejadas, desde que houvesse comunicação e cumprimento de tarefas pré-determinadas. Isso gerava um sentimento de conforto e abertura para o diálogo com os pais (*“Sentia-me mais confortável e mais aberto, porque com os meus pais já podia falar tudo...”* – J1; *“Tinha... eu ‘pa sair de casa, por exemplo, para ir até à rua ‘pa ir ter com os amigos, tinha que fazer a cama, tinha que varrer o quarto, passar o quarto...”* – J3).

4.5.3. Permissivo

Alguns jovens (N= 2), demonstraram ser o estilo permissivo o adotado pelos progenitores, indicando que eles eram bastante liberais em relação às atividades dos filhos. Os pais eram mais propensos a permitir que os jovens fizessem o que desejassem, com poucas restrições (*“Nunca me disseram que não! Só se for, tipo... só se a minha mãe quer sair comigo ‘pa algum sítio ou um restaurante e me dizer que não posso ir.”* – J1; *“Não... o pai deixava fazer tudo.”* – J2).

Mais uma vez, foram recolhidos menos relatos do que o esperado, pois, baseando-nos em estudos existentes, estes afirmam que há uma forte associação entre pais permissivos e problemas internalizantes e externalizantes dos filhos (Querido et al., 2002).

4.6. Impacto percecionado das práticas educativas

Durante o processo de recolha de dados, surgiu a necessidade de criar uma categoria correspondente à perceção das práticas educativas pelos jovens participantes, juntamente com a sua reação aquando da imposição de limites pelos seus pais, tendo em conta que a prática inadequada de disciplina parental constitui um dos fatores relevantes que conduzem os jovens a comportamentos desviantes (Marinho e Caballo, 2002). Para uma análise mais detalhada, esta categoria foi dividida em duas subcategorias: perceção

e reação à autoridade. Isto foi feito para entender melhor como os jovens percebem as abordagens educativas dos seus pais e como eles reagem quando são confrontados com limites impostos por eles. Essa divisão permitirá uma análise mais precisa das diferentes nuances envolvidas nas relações entre os jovens e os seus pais no contexto da educação e disciplina.

4.6.1. Percepção

Para compreender melhor como é que os jovens participantes percebem o impacto das práticas educativas adotadas pelos seus progenitores, foram criadas duas categorias de terceira ordem: positiva e negativa. Neste sentido, foi possível identificar diferentes perspectivas em relação aos efeitos das abordagens educativas.

A maioria dos rapazes (N= 10) descreveu a sua educação de forma positiva, destacando os ensinamentos valiosos que receberam (*“Não, eu acho que foi uma boa educação, me ensinaram a fazer muita coisa... e a ser mais gentil com as pessoas...”* – J1; *“Foi uma boa educação, não tenho nada a dizer...”* – J14). Isto não deixa de ser curioso, pois, segundo Murray & Farrington (2010), as práticas de gestão familiar, nomeadamente o que refere à disciplina parental, são consideradas como um dos principais preditores do comportamento desviante juvenil. Ou seja, práticas como disciplina ineficaz ou ausência de disciplina são consideradas fortes desencadeadores de comportamentos agressivos (Pesce, 2009). Ainda, uma pequena parte desses jovens (N=3) admitiu que, apesar da boa educação recebida, eles próprios não souberam aproveitá-la da melhor forma (*“Eles deram-me uma educação boa, só que eu fui sempre ao contrário.”* – J5). Além disso, um desses jovens mencionou que acreditava que a forma como foi educado foi a correta, justificando que se tivesse sido diferente, poderia estar numa situação pior (*“Acho que devia ter sido assim! Se fosse de outra maneira tava pior!”* – J12).

Por outro lado, alguns participantes (N= 4) enfatizaram o cariz negativo do impacto que as práticas educativas, adotadas pelos seus pais, tiveram sobre eles (*“Podiam-me deixar um bocadinho mais à vontade. Se calhar não tinha feito tantas asneiras.”* – J13). Isto sugere que esses jovens sentem que certas restrições ou abordagens podem ter contribuído para o início ou manutenção dos seus comportamentos desviantes,

tal como defende Buehler (2006), ao afirmar que um controlo parental inadequado é um forte impulsionador para o envolvimento dos jovens em comportamentos antissociais.

4.6.2. Reação à autoridade

Nesta subcategoria, a análise levou à identificação de duas categorias de terceira ordem: obediência e desobediência, as quais refletem a forma como o jovem se posiciona face à autoridade e à imposição de limites associada.

Curiosamente, entre os jovens participantes, houve uma igualdade de respostas em relação à obediência e desobediência às regras impostas pelos seus progenitores. No que diz respeito à obediência (N= 7), alguns rapazes (N= 3) relataram aceitar a não autorização de saída sem amuar ou discutir com os pais (*“Aceitava!”* – J6). No entanto, a maioria dos jovens demonstrou obediência acompanhada de reações negativas, como fechar-se no quarto e evitar interações com os pais (*“Ficava chateado... não falava com ela.”* – J2; *“Ficava triste, até de repente ia para o meu quarto... mas acabava por passar. Ficava um pouco amuado, entre aspas... ia para o quarto, pronto, depois no outro dia passava...”* – J14). O facto destes rapazes prestarem obediência, pode ser um indicador de um estilo parental autoritário, onde a obediência às normas é imposta, bem como o respeito pela autoridade, havendo, inclusive, medidas punitivas como consequência para o não cumprimento das mesmas (Delgado-Martins, n.d.).

Por outro lado, um grupo de jovens (N= 7) relatou experiências de desrespeito pela autoridade e desobediência às regras impostas pelos seus progenitores. Quando não eram autorizados a sair, em vez de respeitarem a ordem dos pais, optavam por desobedecer e fugir (*“Eu dizia sempre que sim, mas... claro que não ia fazer caso deles, não é?”* – J5; *“Ficava chateado, e... fugia.”* – J7). Estes jovens podem ter passado por um fraco controlo parental, onde há mais possibilidade de se envolverem em comportamentos delinquentes, o que origina uma menor sensibilização destes às opiniões dos seus progenitores (Ferreira, 1997), e uma menor recetividade para cumprir imposições.

5. Considerações Finais

Na presente investigação, procurou-se analisar as percepções de um grupo de jovens, institucionalizados em Centro Educativo, a cumprir Medida Tutelar de Internamento, acerca da influência das relações familiares, mais especificamente, dos pais, na delinquência juvenil. Para além disso, com este estudo, pretendeu-se aprofundar as questões da parentalidade nesta problemática, por se tratar de uma problemática que necessita de mais pesquisa, principalmente ao nível dos significados atribuídos pelos próprios autores.

Assim, as principais conclusões deste estudo refletem que, embora alguns rapazes tenham relatado experiências de relações adversas com os pais, incluindo casos de ausência de relações, negligência, falta de controlo e limites, e até mesmo relatos de abuso físico, autoritarismo e permissividade parental, a grande maioria revelou ter relações positivas com os progenitores, práticas de supervisão e educativas eficazes, cujos pais adotaram um estilo autorizante. No que diz respeito à dissociação familiar, a grande maioria dos jovens referiu que os pais estavam separados, sendo que sentiram mais o impacto dessa separação ao nível do afeto e suporte social e no aumento dos comportamentos desviantes (no geral). Finalmente, em relação à reação à autoridade, por parte dos jovens, verificou-se uma distribuição equitativa das respostas, ou seja, há tantos participantes a obedecer como a desobedecer aos progenitores. No entanto, é importante notar que mesmo no subgrupo dos rapazes que demonstraram obediência, muitos deles mencionaram reações negativas, como ficar chateado, isolar-se no quarto e evitar interações com os pais. Isto sugere que, mesmo quando os jovens respeitam as ordens dos pais, podem experimentar emoções negativas ou conflitos internos em relação a essas decisões.

Relativamente às limitações do presente estudo, enfrentamos uma limitação logística específica relacionada à realização das entrevistas com os participantes. A complexidade do tema da delinquência juvenil, bem como a sensibilidade das questões abordadas, tornou difícil o acesso aos jovens em questão, tendo em conta que são menores de idade. Consequentemente, a concretização das entrevistas foi um processo demorado e solicitado, pois tivemos que coordenar com outros estudos em curso que também

envolviam esses jovens, para que o bem-estar dos menores fosse salvaguardado. Além disso, a realização das entrevistas em Centros Educativos que também acolhiam raparigas revelou-se inviável devido à alta procura e à falta de disponibilidade de recursos. Isso limitou a diversidade de perspectivas, uma vez que não pudemos incluir a voz das jovens neste estudo, o que poderia ter enriquecido a investigação com uma variedade de experiências e pontos de vista. Por fim, é importante ressaltar que a delinquência juvenil é um tema complexo e multifacetado, influenciado por uma ampla gama de fatores individuais, familiares, sociais e contextuais. Este estudo concentrou-se na perspectiva dos jovens, mas a inclusão de outras fontes, como pais, professores e profissionais de saúde, poderia fornecer uma visão mais completa das especificidades. Portanto, apesar dos esforços empreendidos para conduzir este estudo, é fundamental reconhecer estas limitações e tê-las em consideração ao interpretar e generalizar os resultados. Pesquisas futuras podem abordar estas limitações, procurando uma compreensão mais abrangente e holística da delinquência juvenil e das dinâmicas familiares associadas.

No que concerne a eventuais futuros estudos, foram surgindo, no decorrer das entrevistas, algumas áreas que nos pareceu merecerem uma investigação mais aprofundada. Primeiramente, considerando que muitos dos jovens mencionaram ter pais separados, um tópico eventualmente relevante para futuras investigações seria examinar o impacto associado à formação de novas composições familiares, após a dissociação, para o início ou aumento de comportamentos desviantes. Investigar como essas mudanças na estrutura familiar afetam a vida dos jovens e as suas escolhas comportamentais pode fornecer insights importantes para intervenções preventivas, de forma a prover-lhes acompanhamento, ajudando-os a lidar da melhor forma com estes acontecimentos e fazendo-os sentir que não estão sozinhos. Além disso, o facto de os jovens terem afirmado que receberam uma boa educação, mas escolheram não a aproveitar, é digno de uma investigação mais detalhada. Explorar as razões subjacentes a essa aparente desconexão entre a qualidade da educação e o comportamento posterior dos jovens, poderá lançar luz sobre as motivações e influências por trás das escolhas de vida desses indivíduos. Ainda, entender o motivo de essas reflexões surgirem agora, enquanto os jovens estão institucionalizados em Centros Educativos, pode revelar informações sobre os momentos cruciais em que a conscientização e a mudança podem ocorrer. Essa fase de distância física e separação da família pode oferecer aos jovens a oportunidade de refletir sobre as suas experiências familiares passadas e as influências que moldaram os seus

comportamentos. Portanto, investigar essas reflexões nesse contexto específico pode fornecer insights importantes sobre os processos de desenvolvimento e mudança desses jovens, contribuindo para o conhecimento e o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção e intervenção na delinquência juvenil. Outro aspecto que merece uma investigação mais profunda diz respeito à presença de criminalidade na família. Alguns rapazes mencionaram que o seu pai esteve preso, ou seja, esteve envolvido em atividades criminosas, o que pode ter impacto nas trajetórias de comportamento dos jovens. Explorar como essa exposição à criminalidade familiar influencia nas escolhas e atitudes dos jovens em relação ao comportamento desviante pode ser esclarecedor. Por fim, considerando que muitos destes jovens referiram ter irmãos, investigar as diferenças na educação, atenção e afeto que podem ter ocorrido entre eles, pode fornecer informações sobre as dinâmicas familiares e como estas podem influenciar o comportamento dos jovens. Ou seja, compreender como as experiências dos irmãos podem variar dentro da mesma família é um tópico relevante para futuras investigações. Portanto, há vários temas estimulantes para futuros estudos que podem continuar a desvendar os fatores complexos que afetam os comportamentos desviantes dos jovens e como as dinâmicas familiares desempenham um papel nesse processo.

Em conclusão, considera-se que a presente investigação cumpriu os objetivos estabelecidos inicialmente, ao desenvolver uma análise na íntegra sobre as percepções dos jovens institucionalizados em Centro Educativo, a cumprir Medida Tutelar de Internamento, relativamente às suas dinâmicas familiares. Ainda que a relação entre a família e a delinquência juvenil tenha sido objeto de numerosos estudos, a verdade é que a maioria foram alvo de uma análise quantitativa, o que limita o aprofundamento das questões e ignora os significados atribuídos pelos próprios jovens. Desta forma, percebe-se a importância de se continuar a investigar esta relação nas suas diversas facetas, para que seja possível a implementação de estratégias preventivas, que possam diminuir este fenómeno que é a delinquência juvenil.

- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22(3), 263-275.
- Cohen, G., & Weitzman, C. (2016). Helping Children and Families Deal With Divorce and Separation. *American Academy of Pediatrics*, 138(6).
<https://doi.org/10.1542/peds.2016-3020>.
- Costa, F. T., Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e Exigência: Duas Escalas para Avaliar Estilos Parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 465-473.
- CNAS (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*.
- Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 2(4), 1-13.
- Damião, D. B. (2020). Desestruturação familiar e delinquência. *Webartigos*.
https://www.webartigos.com/artigos/desestruturacao-familiar-e-delinquencia/166529?expand_article=1#google_vignette.
- Delgado-Martins (n.d.). Os estilos parentais. *Janela Aberta à Família*.
<https://janela-aberta-familia.min-saude.pt/familia/os-estilos-parentais>.
- Duarte, V. (n.d.). Delinquência(s) no feminino: construção de um mosaico conceptual. In Ismai (Eds.), *Delinquência Juvenil: explicações e implicações* (pp. 73-84).
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, 32(143), 913-924.
- Gonçalves, M. (2013). A importância das relações familiares na adolescência. *Revista Insights*. <https://marciagoncalvespsi.com/2017/07/31/a-importancia-das-relacoes-familiares-na-adolescencia/>.

- Haguette, T. M. F. (n.d.). *Metodologias Qualitativas na Sociologia* (4th ed., pp. 63-170). Vozes.
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Hoeve, M., Dubas, J., Eichelsheim, V., van der Laan, P., Smeenk, W., & Gerris, J. (2009). The Relationship Between Parenting and Delinquency: *A Meta-analysis*. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37(6), 749-775.
- Losacco, S. (2007). O jovem e o contexto familiar. In Acosta, A. R., & Vitale, M. A. F. (Eds.), *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas* (pp. 63-76). IEE/PUCSP.
- Marinho, M. L. & Caballo, V. E. (2002). Comportamento anti-social infantil e o seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 3(2), 141-147.
- Minayo, M. C. S. & Costa, A. P. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139-153.
- Ministério Público (1990). *Princípios orientadores das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (princípios orientadores de Riade)*.
- Moré, C. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde. Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 126-131.
- Moreira, S. F. F. (2013). *A relação entre a ausência de suporte afetivo e a delinquência*. [Trabalho para grau de Licenciatura em Criminologia]. Universidade Fernando Pessoa.
- Mota, C. & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa Perspectiva de Vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Moutinho, S. (2012). *Explicar a morte às crianças*. Diário de Notícias.
<https://www.dn.pt/revistas/nm/explicar-a-morte-as-criancas-2852285.html>.
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2010). Risk Factors for Conduct Disorder and

- Delinquency: Key Findings From Longitudinal Studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55(10), 633-642. DOI: 10.1177/070674371005501003.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis* (1st ed.). Editorial Notícias.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis: Trajetórias, Intervenções e Prevenção*. Livpsic.
- NEV (2016). *Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências 2015*. USP.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1(3), 1-5.
- Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Sistematização metodológica da análise de conteúdo*, 16(4), 569-576. <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>.
- Oliveira, M. (2018). *Funcionamento familiar e delinquência juvenil: a importância da supervisão parental* [Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa]. Porto.
- Olson, D. H. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Paula, A., Domingos, R., Furtado, A., Leal, R., Trindade, M. (2018). *Os impactos psicológicos em adolescentes filhos de pais separados*. <https://www.psicoajuda.pt/wp-content/uploads/2018/08/2018-ARTIGO->
- Pesce, R. (2009). Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Colectiva*, 14(2), 507-518.
- Prata, A. (2022). *As Dinâmicas Familiares: Retrato duma Família Funcional*. *Amaral Media*. https://amaralmedia.site/dinamicas_familiares/2022/12/16/.
- Querido, J., Warner, T., & Eyberg, S. (2002). Parenting styles and child behavior in African American families of preschool children. *Journal of clinical Child Psychology*, 31, 272-277.

Regulamento n.º 258/2011 (2011). Diário da República.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/258-2011-870174>.

Salvo, C. G., Silveiras, E. F. M., & Toni, P. M. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 187-195.

Silva, G. C. R. F. (2010). O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. *Psicologia.com*.

Sousa, J. R., & Santos, S. C. M. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, 10(2), 1396-1416.
<https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

Moreira, D. (2020). *Comportamento violento em crianças e adolescentes*. Trofa Saúde.

[Comportamento violento em crianças e adolescentes - Trofa Saúde \(trofasaude.pt\)](https://trofasaude.pt).

Weber, L. (2017). Relações entre práticas educativas parentais percebidas e a autoestima, sinais de depressão e uso de substâncias por adolescentes. *International journal of developmental and educational psychology*, 2(1), 157-167.

Anexos

Anexo 1 – Caracterização Sociodemográfica do Grupo de Participantes da Amostra

	Sexo	Idade	Nível de escolaridade
J1	Masculino	16	4°
J2	Masculino	17	9°
J3	Masculino	16	9°
J4	Masculino	18	9°
J5	Masculino	17	7°
J6	Masculino	18	9°
J7	Masculino	16	6°
J8	Masculino	17	8°
J9	Masculino	17	8°
J10	Masculino	18	11°
J11	Masculino	16	9°
J12	Masculino	17	7°
J13	Masculino	16	5°
J14	Masculino	15	7°
J15	Masculino	14	6°

Anexo 2 – Guião da Entrevista

Parte I – Questões Sociodemográficas

- 1.1. Qual é o teu sexo?
- 1.2. Qual a tua idade?
- 1.3. Qual é o teu nível de escolaridade?

Parte II – Questões gerais sobre as relações familiares

- 2.1. Qual a tua perceção acerca das tuas relações familiares e do funcionamento familiar?
- 2.2. Como é que caracterizas a tua família?
- 2.3. Pensando na tua vida, desde que eras bem pequenino, consegues dizer-me quais são as tuas melhores memórias/os teus melhores momentos?
- 2.4. E os momentos que sentes que te deixaram mais triste, achas que me consegues dizer quais foram e de que forma sentes que isso te afetou?
- 2.5. Como foi a reação dos teus pais quando descobriram que tinhas iniciado este tipo de comportamentos antissociais?

Parte III – Impacto do funcionamento familiar

- 3.1. Como sentes que era a tua relação com os teus pais?
- 3.2. Quando eras mais novo e estavas em casa com os teus pais, como te sentias?
- 3.3. Quais os teus pensamentos quando te vias sozinho em casa? O que sentias?
- 3.4. O que sentias quando os teus pais chegavam a casa do trabalho?

Parte IV – Impacto da supervisão familiar

- 4.1. Quando chegas a casa, depois da escola, de que falavas com os teus pais? Que perguntas te faziam?
- 4.2. Quando querias ir sair com os teus amigos, como era a reação deles quando abordavas esse tema com eles?
- 4.3. Como reagias quando os teus pais te diziam que não?

- 4.4.Quando havia visitas de estudo na escola, tu ias? O que os teus pais te diziam acerca disso?
- 4.5.Quando querias ir para casa dos teus tios, brincar com os teus primos, ou passear em família, como reagiam os teus pais? Quais eram as tuas atitudes durante o dia?
- 4.6.Sempre que passas um dia fora de casa, como é que os teus pais reagem? O que eles fazem ao longo do dia e quando chegas a casa?
- 4.7.Quando não estavas em casa, os teus pais estabeleciam-te um limite de horário para te irem buscar?

Parte V – Impacto da ausência de suporte afetivo

- 5.1.Como vês a tua relação com os teus pais desde quando eras pequeno?

Parte VI – Impacto da perda de um dos progenitores ou divórcio

- 6.1.Com quem vives?
- 6.2.O que aconteceu para os teus pais não estarem juntos?
- 6.3.O que sentiste quando houve essa separação?
- 6.4.Como sentes que a tua mãe/pai reagiu perante a situação? O que mudou?
- 6.5.De que forma sentes que essa separação mudou a tua vida?

Parte VII – Impacto dos estilos parentais

- 7.1.O que sentes em relação à educação que os teus pais te deram?
- 7.2.Como caracterizas a educação dos teus pais no que diz respeito, por exemplo, ao facto de serem ou não mais liberais, mais exigentes e rigorosos contigo, sentes que não queriam saber? Como vês isso?

Parte VIII – Espaço aberto

- 8.1.Há mais alguma coisa que gostarias de acrescentar?

Anexo 3 – Quadro Integrador do estudo de investigação

Objetivos de Investigação	Questões de Investigação	Perguntas no Guião de Entrevista
<p>Identificar as perceções e representações dos jovens acerca do funcionamento familiar e qualidades das suas relações familiares, para analisar de que forma isso influenciou o início e manutenção da prática de comportamentos antissociais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Influência da perda de um dos progenitores, por morte ou divórcio; ➤ Influência das próprias relações/dinâmicas familiares; ➤ Influência das práticas educativas e de supervisão. 	<p>1. Perceber qual a importância das dinâmicas familiares, de acordo com a perceção dos próprios jovens.</p>	<p>Questão 3.1. Questão 3.2. Questão 3.3. Questão 3.4. Questão 5.1.</p>
	<p>2. Perceber qual o impacto da supervisão familiar na delinquência juvenil, através dos significados atribuídos pelos jovens.</p>	<p>Questão 4.1. Questão 4.2. Questão 4.3. Questão 4.4. Questão 4.5. Questão 4.6. Questão 4.7.</p>
	<p>3. Perceber qual o impacto da dissociação familiar na delinquência juvenil, através dos significados atribuídos pelos jovens.</p>	<p>Questão 6.1. Questão 6.2. Questão 6.3. Questão 6.4. Questão 6.5.</p>
	<p>4. Perceber qual o estilo parental predominante e qual o seu impacto na delinquência juvenil, segundo a perceção dos jovens.</p>	<p>Questão 7.1. Questão 7.2.</p>

Anexo 4 – Consentimento Informado

Por favor, leia com atenção a seguinte informação.

Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações.

Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

O atual trabalho de investigação, intitulado como “A influência das relações familiares na delinquência juvenil”, insere-se num estudo que decorre no âmbito da realização da Tese de Mestrado da discente Ana Moreira, sob orientação do Professor Doutor Jorge Negreiros, para especialização na área da Psicologia da Justiça e da Desviância, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Com o presente estudo pretendo analisar e compreender de que forma as relações familiares e funcionamento familiar influenciam o jovem a enveredar na delinquência juvenil e de que forma isto poderia ter sido evitado. Para tal, é fundamental incluir neste estudo a participação de jovens que tenham essa experiência na sua vida. No entanto, importa ressaltar que se o jovem não se sentir à vontade de continuar com a entrevista pode desistir a qualquer momento, não tendo qualquer consequência.

Este estudo não trará nenhuma despesa ou risco. As informações recolhidas serão efetuadas através de uma entrevista, em que os participantes podem falar abertamente e livremente sobre o que quiserem.

Para permitir uma melhor compreensão dos factos e facilitar no momento de registo de dados, era desejável que esta entrevista fosse gravada, se assim o consentir.

Qualquer informação será confidencial. As informações recolhidas serão utilizadas unicamente em contexto académico e não serão referenciados nomes ou qualquer outro elemento que o possa identificar.

Depois de ler as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação.

Assinatura: _____

Data: _____

Anexo 5 – Grelha de Análise de Dados

Categoria	Subcategoria	Categoria 3.º Nível	Indicadores/Definição operacional	Excertos das Entrevistas
Relação com os pais	Positiva	-----	Referências a aspetos positivos que os jovens destacam relativamente às suas dinâmicas familiares.	<p><i>J1: “Eu acho que são boas. Tem alguns problemas, mas tipo, é aqueles problemas normais de família...”;</i> <i>“Por acaso é uma família unida.”</i></p> <p><i>J2: “Tenho mais a minha mãe presente.”;</i> <i>“Caraterizo de uma forma positiva... ajudam-me no que eu preciso... e só.”;</i> <i>“Com a minha mãe é a melhor relação...”</i></p> <p><i>J3: “Boa, muito boa.”; “Corre bem”;</i> <i>“Caracterizo que não podia ter melhor.”;</i> <i>“Com a mãe boa!”</i></p> <p><i>J4: “É boa. Agora é boa.”</i></p> <p><i>J5: “Muito bem.”;</i> <i>“Não, corre tudo bem.”; “Estável...”;</i> <i>“Amigáveis, carinhosas, ... sim.”;</i> <i>“Muito boa, dou-me mesmo bem com eles!”</i></p> <p><i>J6: “Muito boa.”; “É bom”;</i> <i>”Simpática, muito chegada, muito próxima.”</i></p> <p><i>J7: “São boas.”;</i> <i>“Unida... ‘Tão sempre lá para apoiar.’; “Era</i></p>

				<p><i>boa. Falava com eles, eles comigo... ”.</i></p> <p><i>J8: “É boa, eu acho que é boa!”; “Não... funcionam bem”; “Trabalhadores e... não sei... são unidos!”.</i></p> <p><i>J11: “Muito boa.”; “É bom.”; “Uma família dez estrelas!”; “Eu acho que com a minha mãe eu tenho uma relação muito boa, que muitas mães não têm com os filhos!”.</i></p> <p><i>J12: “São boas, são boas.”; “Muito unida.”; “Com a minha mãe era boa!”.</i></p> <p><i>J13: “Tenho uma boa relação familiar.”; “É uma boa família (...), não me deixa faltar nada, tenho tudo do bom e do melhor.”; “São unidos, são.”.</i></p> <p><i>J14: “Corre bem!”; “Era boa. Falava com eles todos os dias... ”.</i></p> <p><i>J15: “São boas!”; “É corre bem”; “Muito barulhenta, é engraçada e é amiga.”.</i></p>
--	--	--	--	--

	Negativa	_____	Referências a aspetos negativos que os jovens destacam relativamente às suas dinâmicas familiares.	<p><i>J2: “Com o meu pai era assim mais ou menos... discutíamos às vezes... também não me ligava muito...”.</i></p> <p><i>J3: “Foi em parte da violência em casa, quando o meu pai chegava bêbado e batia na minha mãe...”.</i></p> <p><i>J4: “Hm, não... Nem era relação de pai e filho nem de mãe e filho... era... uma relação de... parecíamos colegas, era só dizer o bom dia, boa tarde, boa noite...”;</i> <i>“Instável...”.</i></p> <p><i>J8: “Eu deixei de falar algum tempo para a minha mãe, mas depois falei outra vez de novo.”.</i></p> <p><i>J9: “Mais ou menos, porque eu tipo... já não vivo com a minha família desde os meus 14 anos.”;</i> <i>“Sim, conflitos em casa, e fugi de casa.”;</i> <i>“Muito confusos.”;</i> <i>“Uma grande confusão!”;</i> <i>“O problema é que somos muitos e nem sempre temos as mesmas ideias... por isso gera muitos... conflitos.”;</i> <i>“Não era nada boa.”;</i> <i>“(...) e a minha mãe... andávamos sempre chateados.”;</i> <i>“Mais ou menos, porque eu não</i></p>
--	----------	-------	--	--

				<p><i>falava muito com ela [mãe].”.</i></p> <p><i>J10: “São más.”;</i> <i>“Mau.”.</i></p> <p><i>J15: “(...) fiz com que não se tornasse boa.”.</i></p>
	Ausência	-----	Referências a aspetos que os jovens destacam que refletem ausência de dinâmicas/relações familiares.	<p><i>J4: “(...) a ausência do meu pai.”.</i></p> <p><i>J9: “Eu nunca tive relações com o meu pai (...).”.</i></p> <p><i>J10: “Não existe.”.</i></p> <p><i>J12: “O meu pai é afastado (...).”.</i></p> <p><i>J13: “Com a minha mãe... não, não tenho contacto.”.</i></p>
Supervisão Familiar	Monitorização positiva	-----	Referências a aspetos ressaltados pelos jovens que demonstram interesse e preocupação dos seus progenitores para consigo, pois estes sabem o que eles estão a fazer, onde e com quem estão.	<p><i>J1: “Perguntavam como é que o dia correu, o que é que eu fiz à escola... e só.”;</i> <i>“Quando desconfiavam que eu tava a fazer alguma porcaria, ligavam ‘pa saber onde é que eu tava.”;</i> <i>“Também quando ligavam às vezes perguntavam o que é que eu ia fazer... E quando chegava em casa também...”.</i></p> <p><i>J2: “Perguntavam se a escola correu bem, se eu trabalhei, se me tinha portado bem na</i></p>

			<p>escola...”; “A minha mãe perguntava com quem, onde ia, o que é que eu ia fazer... mas deixava ir.”; “Ligava à tarde, à hora que eu chegasse, eu tinha que lhe ligar quando ‘tava a ir ‘pa casa.”; “Não, ela era assim, ela perguntava à tia... como é que eu ‘tava...”; “Perguntava se... eu me portei bem na rua.”; “Ligavam muitas vezes durante o dia, mas quando chegava não faziam muitas perguntas, só onde é que eu ‘tava... e com quem.”.</p> <p>J3: “Ligavam, ligavam!”; “Todos os dias! Por exemplo, imagine, nem que quisesse ficarmos assim até mais tarde, tinha que lhe ligar a avisar onde é que eu ‘tava, o que é que eu ‘tava a fazer e tinha que chegar a X horas.”.</p> <p>J5: “Perguntavam-me logo se eu portei-me bem, se fui à escola, se não fui... coisas assim do género.”; “Perguntavam com quem ia, «onde é que vais?»...”; “Não me ligavam muitas vezes, mas ligavam para ver como é que eu estava, se estava a portar-me bem, se não fiz porcaria ou assim.”; “Sim. Quando eu ia à</p>
--	--	--	--

			<p>escola, eles iam lá buscar, porque eu penso que era 'pa ver se eu... tinha ido à escola.”.</p> <p>J6: “Perguntavam como é que correu a escola...”; “E se... mesmo que eu saísse ‘tavam sempre preocupados, a ligar, se ‘tava tudo bem e assim.”; “Ligavam com mais frequência quando era com amigos...”; “Sei lá... O que é que ‘tavamos a... o que é que ‘tava a fazer, se ‘tava a correr tudo bem, e assim...”; “Falavamos de tudo o que é que... se fosse sair com familiares, o que é que fui ver e isso...”.</p> <p>J7: “Perguntavam se a escola correu bem... eu dizia que sim.”; “Perguntavam quem eram..., com quem é que eu andava...”; “Quando saía com os meus tios ligavam... ‘pós meus tios.”; “Ligavam, perguntavam «onde estás?» e assim.”; “Quando chegava as perguntas eram as mesmas.”.</p> <p>J8: “O meu pai deixava-me sair, a minha mãe também, mas... às vezes perguntava com quem é que ia sair e isso.”; “Não me ligavam, só</p>
--	--	--	---

			<p>me diziam as horas que era para estar em casa.”; “Perguntam se correu tudo bem.”.</p> <p>J11: “Ela perguntava como é que correu o dia, ... e dizia para eu comer qualquer coisa, se quisesse sair era só avisar... e é isso.”; “Dependendo dos amigos... também pedia, ela dizia que sim.”; “Perguntava quem eram os amigos, onde ia... minha mãe conhece todos os meus amigos.”; “Reagia... perguntavam onde é que eu andava... e era aquela atenção.”; “Quando chegava ela perguntava como tinha corrido...”; “Ligava, de noite, ligava!”.</p> <p>J12: “Perguntavam se tinha trabalhos de casa e o que é que eu fiz no dia... e se eu já comi e isso tudo.”; “Ligavam-me... para aí de 3 em 3h, a perguntar se tava tudo bem, ou então eu mandava mensagem.”; “Vinha sozinho, mas até para aí quê? Às 21h, 22h...”.</p> <p>J13: “Perguntavam se me portei bem na escola... se tenho recados na caderneta... trabalhos de casa... é isso.”; “Sim, «vais para aonde?» e isso.”; “Ligavam quase sempre. Perguntavam</p>
--	--	--	---

			<p>«então o que é que andais a fazer? Vê lá, porta-te bem», na na na. Davam-me uns avisos.” “Quando chegava voltavam as mesmas perguntas, se eu portei-me bem e na na na.”</p> <p>J14: “Perguntavam como foi a escola, se correu bem o dia...”; “Depende... perguntavam quem eram os amigos, se conheciam... onde ia... qual era a idade deles... onde moravam, às vezes... se eles conheciam, ainda... se fossem bons amigos, deixavam.”; “Chegava a casa de brincar, perguntavam se correu bem, se gostei de brincar... era isto.”.</p> <p>J15: “Com rapazes era... ligavam de manhã, depois ligavam depois de almoço, depois eu é que ligava a dizer que já tava a ir para casa.”; “Perguntavam «o que é que ‘tão a fazer?», «onde é que estão?», «o que é que comeram?», «o que é que vão fazer?»...”.</p>
	Monitorização negativa	Referências a aspetos ressaltados pelos jovens que demonstram que os pais são muito controladores consigo, pressionando-os excessivamente,	<p>J1: “(...) ficavam muito desconfiados para onde é que eu ia.”.</p> <p>J3: “A minha mãe ‘tava sempre a me ligar! Mas também</p>

			<p>passando uma sensação de desconfiança.</p>	<p><i>havia vezes que eu não atendia, mas ela já sabia sempre por onde é que eu 'tava, ela ia sempre ter onde eu 'tava, não sei, não sei como, mas descobria sempre!"; "A minha mãe ficava assustada... vinha à minha procura... ainda chamava familiares meus 'pa me procurar.".</i></p> <p><i>J9: "Começaram a controlar mais os meus amigos que eu tenho."; "Ela? Ela desconfiava, e falava para os meus tios me levarem a casa e trazer."; "Tshi, quando era com os amigos... era sempre a ligar a toda a hora, e tinha que 'tar em videochamada a mostrar onde é que 'tou, o que 'tou a fazer e isso.".</i></p> <p><i>J12: "Pensavam logo que eu ia fazer já bandidagem e isso tudo! Por causa do bairro..."; "Eu mandava mensagem! Ou então... ligava nelas em videochamada! Tava sempre a ligar nelas!".</i></p> <p><i>J15: "Faziam perguntas, pediam o número deles para falar com eles... sempre. E com as raparigas ainda era pior! Ela ia atrás da</i></p>
--	--	--	---	---

			<p><i>rapariga... imagine, se uma rapariga me viesse perguntar qualquer coisa, a minha mãe já ia atrás já a perguntar o que ela me vinha perguntar.”; “Fazia muitas perguntas... depois tinha que saber se ela era de confiança... É muito ciumenta!”; “Ligavam mais com era com raparigas... para aí de meia em meia hora!”; “Não, mas quando ‘tavam acordados... ainda faziam mais perguntas ainda. Depois tinha que sentar no sofá, o meu pai deste lado, a minha mãe deste lado...”; “Ela acabava por saber que eu saí. Depois ligava muitas vezes... ligava ‘pa mim, ‘pos meus amigos, ‘pas minhas amigas... ligava sempre!”.</i></p>
	Disciplina relaxada	Referências a aspetos ressaltados pelos jovens que demonstram que os pais são muito liberais consigo, não havendo imposição de limites nem obrigação de cumprir regras.	<p><i>J4: “Hm... eu quase nunca ‘tava em casa (ri-se)”;</i> “Não faziam perguntas, deixavam-me ir livremente sim!”.</p> <p><i>J11: “Era chegar no outro dia, dava na cabeça e vai dormir, come qualquer coisa e dorme.”.</i></p> <p><i>J15: “Eu não saía da escola... eu saía da escola e ia sair com os meus amigos, num... ia para casa”;</i> “Quando</p>

				<p><i>chegava já era um bocado tarde...! Já não falava com eles.”.</i></p>
	Negligência		<p>Referências a aspetos ressaltados pelos jovens que demonstram falta de interesse e preocupação dos seus progenitores para consigo, que não dão resposta às necessidades dos filhos (tanto físicas como psicológicas ou emocionais).</p>	<p><i>J2: “O pai... não queria saber.”.</i></p> <p><i>J4: “Hm... Sinceramente... Quando descobriram que comecei esses comportamentos...Não quiseram saber.”;</i> <i>“Não nos víamos mais durante o dia.”; “Não, não ligavam.”;</i> <i>“Quando chegava? Também não me perguntavam nada, não (ri-se)”;</i> <i>“E ele [pai] não ‘tava lá... ‘pa me acompanhar, no crescimento...”.</i></p> <p><i>J5: “Não, só de manhã, porque eu chegava muito tarde a casa... eles já estavam a dormir.”.</i></p> <p><i>J8: “Não, a minha mãe não me perguntava. O meu pai é que, às vezes, quando vinha, é que perguntava como é que ‘tava a correr a escola.”;</i> <i>“A minha mãe era mais distante.”.</i></p>

				<p><i>J15: “Mas a maior parte das vezes eles não atendiam, porque já estavam a dormir.”.</i></p>
	Abuso físico		<p>Referências a aspetos ressaltados pelos jovens que demonstra que sofriam de abuso físico por parte dos pais.</p>	<p><i>J3: “Era... (ri-se) era levar no focinho!”.</i></p> <p><i>J5 “Sim. Eu... pequenino fazia muita porcaria, e ia sempre... fazia problemas e... quando chegava a casa apanhava deles, mas...”.</i></p> <p><i>J7: “Foi má... eles batiam-me”.</i></p> <p><i>J9: “Às vezes batiam-me.”.</i></p> <p><i>J11: “Se for para bater... tudo que vier na frente, vassoura... hm hm (ri-se).”; “Já quebrei muitas vassouras com as costas!”.</i></p>
Dissociação familiar	-----	-----	<p>Esta categoria remete para dissociação familiar, tanto por divórcio como por falecimento de um dos progenitores.</p>	<p><i>J1: “Ah! Ei! Sim, separaram!”; “É... o meu pai traiu a minha mãe... e... e depois separaram.”.</i></p> <p><i>J2: “Vivia com a minha mãe e com os meus irmãos.”; “Foram as discussões, eu bem não entendi.”</i></p> <p><i>J3: “Tive pouco tempo com o meu pai, que eu só ‘tive com ele até aos 5 anos.’; “A minha mãe não aguentava mais a violência.”.</i></p>

				<p><i>J4: “Vivia com os meus avós, com duas irmãs minhas e com um tio meu.”; “O meu pai quando saiu da cadeia enganou a minha mãe, com outras mulheres, depois a minha mãe soube, hm... falou com o meu pai sobre isso e o meu pai batia-lhe... Ela não ‘tava para isso e... saiu de casa.”.</i></p> <p><i>J8: “Antes ‘Tava com o pai.”; “Estavam sempre a discutir a toda a hora... depois a minha mãe decidiu-se ir embora.”.</i></p> <p><i>J9: “Os meus pais estão separados.”; “Antes ‘tava a viver em Marrocos, com a minha mãe.”; “Só discussões...”;</i> “Acho que... verbais houve, não sei se chegaram a se agredir.”</p> <p><i>J10: “O meu pai já... já morreu há muito tempo, nunca o conheci.”.</i></p> <p><i>J11: “Desde que eu nasci que não tenho memória com a minha mãe junto com o meu pai.”.</i></p> <p><i>J12: “Quando se separarm eu tinha... quê? Tinha 3 meses, acho! Por acaso num... nunca perguntei isso a eles, também não...”.</i></p>
--	--	--	--	--

				<p><i>J13: “Antes de estar aqui? Vivia com o meu pai.”; “por acaso não... não sei o porquê, era pequeninho.”</i></p> <p><i>J15: “Não, não estão juntos! Eu vivo uma semana com um, uma semana com outro...”; “Discussões.”.</i></p>
Impacto percebido da dissociação familiar	Afeto e suporte social	-----	Referências, por parte dos jovens, acerca da mudança de comportamento dos seus progenitores para com eles, após a dissociação, no que diz respeito ao afeto e suporte social.	<p><i>J2: “Quando tinha 6 anos... brincava mais com a minha família, tinha a minha mãe e o meu pai juntos... tinham... ficava mais em casa, não era como agora... sim...”; “Quando o meu pai ainda estava em casa era diferente, agora discutíamos muito...”; “Antes era mais presente.”; “Agora a minha mãe é mais alegre... ‘tá sempre a trabalhar... e só. O meu pai não sei... não sei quase dele...’”; “Antes sentia-me bem, porque tinha o meu pai e a minha mãe juntos... Saíamos sempre... fazíamos sempre as coisas nós os três... depois disso...”.</i></p> <p><i>J3: “A minha mãe começou a trabalhar ainda mais, mais para nos sustentar a nós 4, e... já não tinha muito tempo para mim, então...”; “Ficou pior... porque... apesar de tudo, de tudo o que se passava,</i></p>

				<p><i>sempre esperei uma chamada, uma videochamada do meu pai que nunca aconteceu, então...”;</i> <i>“Há... há algumas, mas ela também ‘tava a maioria do tempo sempre a trabalhar, portanto...”.</i></p> <p><i>J4: “Perdi a minha mãe, perdi tudo, porque não ‘tava habituado a ‘tar com o meu pai... o meu pai tinha acabado de sair da cadeia...”;</i> <i>“Perdi o meu... perdi... perdi o... a minha mãe era o meu pilar, acompanhou-me desde pequenino e... quando ela se foi embora, eu... pf... perdi... perdi o afeto, perdi o meu rumo, não quis saber de mais nada...”.</i></p> <p><i>J8: “A minha mãe mudou assim um bocado mesmo grande, o meu pai não mudou assim tanto.”;</i> <i>“A mãe dá mais agora, dá mais afeto e atenção agora.”.</i></p> <p><i>J11: “Não sei, porque eu acho que um pai é importante na vida né! Porque não é aquele só que faz, é o que cria, porque eu acho que para mim minha mãe é meu pai e minha mãe ao mesmo tempo.”.</i></p>
--	--	--	--	--

				<p><i>J13: “Mudaram, o meu pai mudou sim, para melhor, começou a dar-me mais atenção.”.</i></p> <p><i>J15: “Depois a minha mãe começou também a sair com as amigas e com os amigos, começou a sair à noite, quando ela chegava a casa já era de noite... mas eu ainda tava acordado e perguntava-lhe «ah tu podes sair à noite e a mim não me deixas?», «ah, mas eu já sou mais velha».”; “A minha mãe começou a sair mais, o meu pai começou a sair mais... e eu, para não ficar só... também saí.”.</i></p>
	Envolvimento com a escola	-----	Referências, por parte dos jovens, acerca da influência que a dissociação familiar teve em si, relativamente ao seu envolvimento com a escola.	<p><i>J2: “Sim... comecei a não ir à escola...”.</i></p> <p><i>J3: “Houve uma altura em que fiz bastante porcaria, tive na CPCJ... fui para outra escola, transferiram-me para outra escola, tive... tive 2 anos, fiz o 4º e o 5º assim sem problemas, a CPCJ deixou de andar atrás de mim, depois voltei para outra escola, depois houve os problemas outra vez... e depois... comecei a abrir processos e processos.”.</i></p>

				<p><i>J15: “Isso foi, aumentou... foi na escola.”.</i></p>
	<p>Aumento de comportamentos desviantes (no geral)</p>	<p>-----</p>	<p>Referências, por parte dos jovens, acerca da influência que a dissociação familiar teve em si, relativamente ao aumento dos comportamentos desviantes.</p>	<p><i>J2: “Sim, aumentaram...”.</i></p> <p><i>J3: “Comecei a fazer mais porcaria, ainda mais porcaria, mais porcaria, mais porcaria...”.</i></p> <p><i>J4: “Sim, aí piorou.”; “Sim, a ausência dele influenciou nos comportamentos sim.”.</i></p> <p><i>J8: “Sim, foram esses conflitos que me levaram aos comportamentos.”.</i></p> <p><i>J11: “Não, não! Isso também eu acho que é uma coisa dependendo da cabeça da pessoa.”; “Isso não tem nada a ver de pai, de mãe, se a pessoa dá, eu é que não soube respeitar as regras, eu é que não quis! Fui, fui... mentalizado de outro jeito assim, e pronto...”.</i></p> <p><i>J13: “Não! Porque não foi à pala deles que eu vim aqui parar.”.</i></p> <p><i>J15: “Depois também comecei a pensar “se ela pode, eu também posso”. Depois nos dias em que ela chegava mais tarde, eu</i></p>

				<p><i>ainda chegava mais tarde, quando ela chegava mais cedo, eu chegava mais tarde. Fazia mais ou menos isso, só que mais.”.</i></p>
	Desregulação emocional	-----	<p>Referências, por parte dos jovens, acerca da influência que a dissociação familiar teve no seu próprio estado emocional.</p>	<p><i>J1: “Fiquei um pouco mal, mas depois fui-me habituando.”; “Hm... um pouquinho de nada. Tipo... ya... fiquei com saudades de ver a minha mãe, meu pai, juntos lá na minha casa, e é só.”.</i></p> <p><i>J2: “Porque ‘tava mais habituado a ter eles os dois juntos e depois quando eles se separaram foi sempre uma confusão... e eu ficava com quem?”; “Fiquei mal... Por causa que... separaram-se... (faz barulho com a língua) era muito novo, ‘tava sempre a vir ou ‘pa li...”; “Sim, afetou muito.”.</i></p> <p><i>J3: “Parecia que o meu mundo tinha acabado né... Porque apesar de tudo... eu até gostava do meu pai, apesar do que se passava lá em casa, eu até gostava do meu pai...”.</i></p> <p><i>J8: “Acho que era mais emocional, porque... nunca imaginava vê-los separados.”; “A minha mãe deu-me a escolher, e eu... na</i></p>

				<p><i>hora... eu dizia sempre que ia com a minha mãe, mas na hora que ela foi embora, fiquei com o meu pai. Mas senti-me mal em ter que escolher.”; “Mas eu acho que foi o melhor, porque estar sempre com aquele ambiente mau não era assim nem bom para mim nem para os meus irmãos.”.</i></p> <p><i>J13: “Hm, não. Um pouco de tristeza só.”; “Fiquei mais chateado... mais triste...”.</i></p>
	Ausência de impacto	-----	Referências, por parte dos jovens, acerca da influência que a dissociação familiar teve em si, relativamente à possível mudança de comportamento (tanto dos pais como do próprio jovem).	<p><i>J1: “Não, a mim não mudou nada no meu comportamento”; “Continuam iguais!”.</i></p> <p><i>J9: “Eu não senti muita mudança.”; “Foi sempre igual, não mudou nada.”.</i></p> <p><i>J10: “Não influenciou em nada, não os conheci.”; “Para mim é-me indiferente.”.</i></p> <p><i>J12: “Tá igual.”; “Não sei, porque... a minha avó tratava-me como um filho, então não me faltava nada! então pensei «olha, menos um! Ao menos estou bem!».”.</i></p>
Estios parentais	Autoritário	-----	Referências, por parte dos jovens, que demonstram que os seus pais adotavam um	<i>J5: “Às vezes tiravam-me o telemóvel, coisas assim...”.</i>

			estilo parental autoritário.	<p><i>J9: “Começaram-me a tentar cortar o telemóvel, deixar fechado em casa, e isso...”; “Tipo, que não me deixavam fazer nada, gostavam de me controlar.”; “Nada. Não me davam afeto nem atenção.”; “Tinha sermões gigantescos, castigos ou punições”; “Às vezes tinha consequências por não obedecer às ordens dela.”.</i></p> <p><i>J13: “Tinha! Ficava de castigo em casa, uns quantos dias, sem telefone, sem playstation...”; “Depois eles não me deixavam ir.”.</i></p>
	Autorizante	-----	Referências, por parte dos jovens, que demonstram que os seus pais adotavam um estilo parental autorizante.	<p><i>J1: “Sentia-me mais confortável e mais aberto, porque com os meus pais já podia falar tudo...”; “No início não sabia, mas depois ela veio a saber. Pensava que tinha consequências, mas depois ela levou na boa. E... tipo, agora se quero levar um amigo é na boa!”; “Não, ela... só não entendeu porque é que não lhe contava.”; “Não, não! Tinha regras! Tinha regras!”.</i></p> <p><i>J2: “Tipo às oito... diziam para eu ‘tar às oito em casa.’”; “Se</i></p>

				<p><i>não obedecesse não saía no próximo dia.”.</i></p> <p><i>J3: “A minha mãe falava-me sobre... Porque a minha DT já tinha ligado a ela sobre as faltas, sobre o mau comportamento e tal... E ela dizia que era ‘pa, que tinha que melhorar, que eu não podia continuar assim, que senão eu vinha parar a um sítio destes...”;</i> <i>“A minha mãe pediu-me para melhorar... ‘pa... pronto, tentar ficar na linha...”;</i> <i>“Tinha... eu ‘pa sair de casa, por exemplo, para ir até à rua ‘pa ir ter com os amigos, tinha que fazer a cama, tinha que varrer o quarto, passar o quarto...”;</i> <i>“E ao fim de semana não saía enquanto não arrumássemos a casa toda!”;</i> <i>“A minha mãe punha-me sempre horas... horas para chegar.”..</i></p> <p><i>J6: “Eles não são muito de punir, são mais de chamar a atenção...”;</i> <i>“ (...) mas quando escalo, chamam-me a atenção, não são de punir nem nada, mas tem regras.”;</i> <i>“Com familiares não davam horas, mas com colegas sim.”.</i></p> <p><i>J7: “Estipulavam hora (...)”.</i></p>
--	--	--	--	--

				<p><i>J8: “Às vezes acho que era mais de «desenrasca-te», mas depois também... tinha sempre aquela que era a exigente, com limites.”.</i></p> <p><i>J11: “Também, era mais solto na casa da minha mãe, brincava com meus primos...!”; “Minha mãe comigo sempre foi rigorosa e tipo, liberal comigo”; “Mas a minha mãe sempre me deu na cabeça.”; “Minha mãe sempre me avisou de todos os perigos...!”; “Tinha regras.”; “Era, deixava horário para mim chegar em casa...”.</i></p> <p><i>J14: “Quando era mais pequenino não saía assim muito... assim brincar às vezes, deixava até certas horas, tinha de saber para onde é que eu ia, qual era o sítio...”;</i> <i>“Ficava feliz quando os meus pais chegavam, a gente falava...”;</i> <i>“Ficarem tristes comigo, ralharem comigo...”;</i> <i>“Passava o fim de semana a casa da minha avó, a minha mãe vinha sempre, por exemplo ia na sexta até domingo, ela ia sábado até lá, a casa da minha avó, para ‘tar um bocadinho comigo também... o</i></p>
--	--	--	--	--

				<p><i>meu pai vinha do trabalho e ia ter lá também, para depois eles iam-se embora juntos, aproveitavam e tavam um bocadinho comigo.”.</i></p> <p><i>J15: “Era, sempre igual. Era... deixavam sair, mas tinha que ter isto aqui...”;</i> <i>“Tinha horas, não podia tar muito tempo... sim.”.</i></p>
	Permissivo	-----	<p>Referências, por parte dos jovens, que demonstram que os seus pais adotavam um estilo parental permissivo.</p>	<p><i>J4: “Educação? Os meus pais não queriam saber...”.</i></p> <p><i>J12: “Não, raramente cumpria a hora, mas não acontecia nada.”;</i> <i>“Mas elas depois acabavam por deixar ir. Depois, eles iam ao meu quarto perguntar se eu ia chegar tarde, se não chegasse tarde podia ir.”.</i></p>

Impacto Percecionado das Práticas Educativas	Percepção	Positiva	Referências positivas, por parte dos jovens, relativamente à forma como percecionam o impacto das práticas educativas.	<p><i>J1: “Não... deram uma boa educação!”;</i> <i>“Não, eu acho que foi uma boa educação, me ensinaram a fazer muita coisa... e a ser mais gentil com as pessoas...”.</i></p> <p><i>J3: “Deram-me sempre uma boa educação.”.</i></p> <p><i>J4: “Foi boa, foi... eu é que não quis aproveitar...”;</i> <i>“Eu agora... eu tenho... tenho o sonho de ser pai, e... vejo isso que tá mal [em relação às práticas educativas dos pais]...”.</i></p> <p><i>J5: “Eles deram-me uma educação boa, só que eu fui sempre ao contrário.”;</i> <i>“Eles fizeram tudo possível, só que... eu nunca dei ouvidos...”.</i></p> <p><i>J6: “Foi boa educação.”;</i> <i>“Acho que foi a melhor forma de educar sim.”.</i></p> <p><i>J7: “Foi a melhor educação!”.</i></p> <p><i>J11: “Boa, eu sou muito educado!”.</i> <i>J12: “Sinto que me educaram bem, graças a Deus!”.</i>; <i>“Era uma educação com um pouco de tudo.”;</i> <i>“Acho que devia ter</i></p>

			<p><i>sido assim! Se fosse de outra maneira tava pior!”.</i></p> <p><i>J14: “Foi uma boa educação, não tenho nada a dizer...”.</i></p> <p><i>J15: “A educação foi boa, eu é que não segui a educação que me deram!”; “Eu acho que foi certa, se eu seguisse!”; “Mas eu não quis saber da educação que me deram...”.</i></p>
		Negativa	<p>Referências negativas, por parte dos jovens, relativamente à forma como percebem o impacto das práticas educativas.</p> <p><i>J4: “S... talvez se tivesse um pai presente não estaria aqui.”.</i></p> <p><i>J8: “Não foi assim tão má, mas... podia ter sido bem melhor.”; “Por esse lado foi bom para aprender, também.”.</i></p> <p><i>J9: “Depende... Acho que mais ou menos.”.</i></p> <p><i>J13: “Não... acho que me podiam ter dado de outra forma.”; “Podiam-me deixar um bocadinho mais à vontade. Se calhar não tinha feito tantas asneiras.”.</i></p>
	Reação	Obediência	<p>Referências, por parte dos jovens, que demonstram obediência e respeito pelas regras impostas pelos progenitores.</p> <p><i>J1: “Bem! Porque é normal ela pedir para ir comigo a algum sítio!”.</i></p> <p><i>J2: “Ficava chateado... não falava com ela.”; “Não, só dizia “tá bom!” e</i></p>

			<p><i>depois ia 'po quarto, fechava-me lá e ficava a jogar play.”.</i></p> <p><i>J6: “Aceitava!”.</i></p> <p><i>J8: “Ficava em casa, só que um pouco mais triste claro.”.</i></p> <p><i>J12: “Reagia mal.”; “Não, e começava tipo a ficar triste... e fechava-me no quarto.”.</i></p> <p><i>J14: “Ficava triste, até de repente ia para o meu quarto... mas acabava por passar. Ficava um pico amuado entre aspas... ia para o quarto, pronto, depois no outro dia passava...”;</i> “Não, porque eu respeitava, nunca tentei fugir.”.</p> <p><i>J15: “Não, amuar nunca fui amuar, porque sempre me deixaram sair!”.</i></p>
		Desobediência	<p>Referências, por parte dos jovens, que demonstram desobediência e desrespeito pelas regras impostas pelos progenitores.</p> <p><i>J3: “Comecei a saber que ela não ia deixar... então acabei por... prontos, comecei a fugir!”;</i> “Ficava um bocado chateado e ia 'pro quarto! Ficava lá algum tempo... a pensar na ideia para depois ir embora (ri-se).”.</p> <p><i>J5: “Sim, impunham horas, eu dizia que sim, «'tou quase a chegar», mas no</i></p>

				<p>meio...”; “Eu dizia sempre que sim, mas... claro que não ia fazer caso deles, não é?”; “Não, às vezes já discuti com eles, mas como não me deixavam sair de casa, mas... saía!”.</p> <p>J7: “Ficava de castigo, mas eu ia na mesma!”; “(...), mas eu nunca cumpria.”; “Ficava chateado, e... fugia.”; “Não, saía de casa.”.</p> <p>J9: “Eu não deixava ela me castigar. Tipo... às vezes, quando queria o telemóvel, escondia o movel, coisas assim.”; “Ela no início perguntava, eu mentia como sempre, e depois sempre me atrasava, arranjava uma desculpa sempre, depois ela ficou a não deixar e isso.”; “Saía na mesma!”; “Sim, saía de casa.”.</p> <p>J11: “Eu atendia às vezes, falando “tô indo, tô indo!” e nunca chegava (ri-se).”; “(...) só que muitas vezes eu não respeitava, dormia fora... sem avisar.”; “De todo o jeito, ia na mesma (ri-se).”; “Ficava chateado ne, pedia, às vezes pedia dinheiro ya para ir, e prontos... não dava,</p>
--	--	--	--	---

				<p><i>arranjava de outra maneira (ri-se). ”.</i></p> <p><i>J13: “Metiam-me de castigo... tiravam-me as coisas, mas... não adiantava de nada.”; “Só que eu fugia logo.”; “Ficava chateado e fugia logo.”.</i></p> <p><i>J15: “Castigos tinha, mas não obedecia a nenhum.”; “Tinha. Não saía, mas depois saía da escola, saía outra vez e não voltava.”; “Eu não respeitava as ordens deles”; “Às vezes estabeleciam hora, outras vezes não... quando estabeleciam eu chegava sempre mais tarde.”; “Não fazia tudo o que eu queria, mas acabava sempre por fazer... sem eles deixarem!”; “Não gostava... depois saía com os meus amigos que ela deixava, mas os meus amigos que eu saía, que ela deixava, conheciam eles também, e acabávamos... todos juntos.”.</i></p>
--	--	--	--	--